

GUIDELINES TO COMBAT VIOLENCE AGAINST MIGRANT WOMEN



360

REWIND



ORIENTAÇÕES PARA COMBATER VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES MIGRANTES

Resumo do relatório final

Síntese e análise transnacional das melhores práticas e indicações para os operadores



Este documento é uma síntese do produto final do Projeto 360 REWIN. Para obter mais informações, visite o sítio Web de referência em <https://360rewin.eu/>, onde se encontra disponível o documento completo, *'Guide to Combat Violence Against Migrant Women'*, e outros materiais potencialmente relevantes.

Índice

A presença de mulheres migrantes na Europa. Um enfoque em Espanha, Itália e Portugal.....	4
As mulheres migrantes em Espanha, Itália e Portugal e os desafios da luta contra a violência	11
A perceção das mulheres migrantes sobre o fenómeno da violência contra as mulheres migrantes. Um olhar sobre as perspetivas das vítimas.....	14
Perspetivas das mulheres migrantes sobre o combate à violência	18
Desafios enfrentados pelas mulheres migrantes: Perceções a partir de entrevistas	19
A perceção do fenómeno da violência contra as mulheres migrantes pelos Profissionais de Apoio aos Migrantes. Necessidades, problemas e desafios para o futuro	25
Coletânea de boas práticas para combater a violência contra os migrantes.....	34
Estratégias de combate à violência contra as mulheres migrantes	43
Soluções sistémicas para questões relacionadas com os migrantes	48
Indicações práticas para os para os profissionais.....	50
Conclusões.....	53
Fontes.....	¡Error! Marcador no definido.

A presença de mulheres migrantes na Europa. Um enfoque em Espanha, Itália e Portugal

As mulheres representam mais de metade da população migrante da UE e enfrentam duplas desvantagens devido ao género e ao estatuto de migrante (Rede Europeia das Migrações, 2022). Durante a migração, correm um risco acrescido de violência, incluindo a violência por parceiro íntimo (VPI), o racismo, o assédio no local de trabalho e a violência baseada no género. Desafios como a pobreza, a dissonância cultural e o medo da deportação impedem-nas frequentemente de procurar ajuda (Gonçalves & Matos, 2020).

A nível mundial, 35% das mulheres são vítimas de violência, sendo a VPI a forma mais comum (OMS, 2013). Na Europa, 33% das mulheres relatam violência física e/ou sexual, com taxas mais elevadas entre os migrantes (FRA, 2014). Para resolver esta situação, é necessário integrar políticas sensíveis ao género, tal como salientado no quadro jurídico da UE e no Pacto Global para a Migração (2018).

O combate à violência de género envolve a prevenção, a formação profissional e a sensibilização através da educação para apoiar as vítimas e abordar as causas profundas. Esta análise centra-se nas mulheres migrantes em Espanha, Itália e Portugal, examinando os seus perfis, proteções legais e sistemas de apoio.

A presença das mulheres migrantes em Espanha

Mulheres migrantes em Espanha

Em Espanha, a migração ganhou uma importância significativa nos últimos anos. O crescimento económico de Espanha em sectores como a construção e os serviços atraiu migrantes, especialmente da América Latina, da Europa de Leste e de África. Com o envelhecimento da população e a entrada de mais mulheres no mercado de trabalho, a procura de cuidados e de trabalho doméstico conduziu à "feminização dos fluxos migratórios". As mulheres migrantes enfrentam frequentemente a precariedade do emprego, o trabalho informal e a exploração no sector dos cuidados, da agricultura e da hotelaria. O isolamento social, o racismo e o medo da deportação agravam as suas vulnerabilidades, tornando-as mais suscetíveis a maus-tratos e à violência de género.

Perfil das mulheres vítimas de violência

As mulheres migrantes de sociedades patriarcais (por exemplo, América Latina, África do Norte e Subsariana) são altamente vulneráveis devido ao estatuto de migração irregular, à dependência económica e à estigmatização cultural. Os desafios comuns incluem:

- **Dependência do parceiro:** Os parceiros abusivos controlam frequentemente a sua residência ou as suas finanças.
- **Isolamento social:** A falta de redes de apoio limita a sua independência.
- **Exploração:** Muitas enfrentam a servidão doméstica, o tráfico e a violência sexual.

As mulheres migrantes também enfrentam barreiras como dificuldades linguísticas, conhecimentos jurídicos limitados e medo das autoridades, o que reduz o acesso à ajuda.

Estatísticas da violência baseada no género

As mulheres migrantes, embora minoritárias, representam 43,1% das vítimas mortais de violência de género em Espanha. Em 2023, foram apresentadas 199 282 queixas de violência de género, com 34,78% de vítimas estrangeiras. Questões estruturais como a instabilidade no emprego, a segregação e o isolamento social aumentam os seus riscos.

Resposta legislativa e institucional de Espanha

A Lei Orgânica 1/2004 de Espanha oferece um quadro abrangente contra a violência de género. As principais medidas incluem tribunais especializados, ordens de proteção, ajuda económica e representação legal gratuita. As mulheres migrantes beneficiam de proteções como autorizações de residência/trabalho e acesso a cuidados de saúde, independentemente do seu estatuto. O sistema dá ênfase à sensibilização, educação e colaboração intersectorial para prevenir a violência e prestar assistência às vítimas.

Organizações que apoiam as mulheres migrantes

A Espanha presta um apoio alargado através de iniciativas governamentais e de ONG, como a Cruz Vermelha, o CEAR e a Fundación Cepaim. Programas como a iniciativa SARA e associações para mulheres migrantes promovem a integração social, a defesa dos direitos e oportunidades de emprego.

Apesar dos progressos, as mulheres migrantes continuam a ser afetadas de forma desproporcionada pela violência de género, o que exige intervenções específicas para combater as desigualdades sistémicas e promover a inclusão.

A presença de mulheres migrantes em Itália

Mulheres migrantes em Itália

A mudança da Itália de uma nação de emigrantes para uma nação de imigrantes no final do século XX remodelou a sua paisagem social e económica. Entre os imigrantes, as mulheres desempenham um papel fundamental, enfrentando frequentemente desafios únicos enquanto lutam pela emancipação económica, independência e melhores oportunidades. No entanto, continuam a ser desproporcionadamente vulneráveis à violência e às barreiras sistémicas, o que sublinha a necessidade de intervenções específicas e de mecanismos de apoio.

Perfil das mulheres vítimas de violência

As mulheres migrantes em Itália enfrentam frequentemente desafios relacionados com a violência de género, a marginalização e a discriminação sistémica. As suas vulnerabilidades são moldadas por fatores culturais, económicos e sociais, sendo muitas delas vítimas de violência por parte de parceiros íntimos ou no seio de estruturas sociais. A migração, embora motivada por aspirações de autonomia, expõem-nas frequentemente a riscos acrescidos de exploração e abuso.

Estatísticas da violência baseada no género

- **Prevalência:** A violência sexual ou física afeta tanto as mulheres italianas (31,5%) como as estrangeiras (31,3%). No entanto, as mulheres imigrantes são mais suscetíveis de sofrer violência física (25,7% contra 19,6% das italianas) e formas graves como a violação (7,7%).
- **Perpetradores:** As mulheres migrantes enfrentam taxas de violência mais elevadas por parte de parceiros ou ex-parceiros (20,4%) do que as italianas (12,9%). Muitas referem que os abusos ocorreram mesmo antes da sua chegada a Itália.
- **Denúncias e apoio:** As mulheres imigrantes têm maior probabilidade de procurar ajuda em centros de apoio especializados (6,4%) do que de apresentar queixa (17,1%), muitas vezes devido ao medo ou a barreiras sistémicas.

Resposta legislativa e institucional Itália

Itália consagra os direitos de proteção e cuidados de saúde dos migrantes, incluindo as vítimas de violência, no artigo 32.º da Constituição e na Lei de Consolidação da Imigração (artigos 34.º, 35.º e 36.º). As principais disposições incluem:

- **Acesso aos cuidados de saúde:** Garantias para todas as mulheres, incluindo as migrantes em situação irregular, através de cuidados durante a gravidez, vacinação e tratamento de doenças infecciosas.
- **Medidas de proteção:** O artigo 18º prevê autorizações de residência e apoio social para as vítimas de violência e exploração.
- **Obstáculos:** Apesar de quadros jurídicos sólidos, persistem obstáculos como as barreiras linguísticas, a discriminação sistémica e o acesso limitado a intérpretes certificados, o que compromete a eficácia destas disposições.

Organizações e instituições que prestam assistência em Itália

O sistema de acolhimento italiano oferece aos requerentes de asilo serviços essenciais, tais como cuidados de saúde, mediação cultural e apoio jurídico, através do Governo e das ONG: As prefeituras e as entidades privadas gerem os centros de acolhimento, incluindo os Projectos Especiais de Acolhimento (PEA).

Mais de 66% dos requerentes de asilo permanecem em Centros de Acolhimento Extraordinário (CAS) temporários, que muitas vezes não satisfazem todas as necessidades. As recentes alterações legislativas (Lei 50/2023) restringiram ainda mais o acesso dos requerentes de asilo aos sistemas SAI, limitando serviços como os cuidados de saúde e a mediação cultural.

O reforço do apoio linguístico, a formação em competências culturais e a integração das comunidades locais nos esforços de acolhimento podem colmatar as lacunas entre os direitos legais e as realidades práticas.

Ao eliminar as barreiras sistémicas, melhorar a qualidade dos serviços e promover a inclusão, a Itália pode apoiar melhor as mulheres migrantes, garantindo a sua segurança e capacitando-as como membros ativos da sociedade.

A presença das mulheres migrantes em Portugal

Mulheres migrantes em Portugal

Portugal tem registado um crescimento significativo da imigração, sobretudo desde a adesão à Comunidade Económica Europeia em 1986. Embora a população estrangeira raramente tenha ultrapassado os 100 000, nos primeiros anos, aumentou para 781 247 em 2022, impulsionada por um afluxo de indivíduos do Brasil, do Reino Unido, de Cabo Verde e da Índia. Entre estes migrantes, as mulheres constituem um grupo demográfico significativo e cada vez mais visível, embora as suas experiências sejam frequentemente marcadas por desafios sistémicos, violência baseada no género e barreiras à integração. Esta visão geral explora o perfil das mulheres migrantes, a prevalência da violência baseada no género, as respostas legislativas e as organizações que trabalham para as apoiar.

Perfil das mulheres vítimas de violência

As mulheres migrantes em Portugal enfrentam frequentemente vulnerabilidades sobrepostas relacionadas com o género, a raça, o estatuto socioeconómico e o estatuto migratório. Estes desafios tornam-nas mais suscetíveis à violência por parceiro íntimo (VPI), ao assédio no local de trabalho, ao tráfico e a outras formas de violência baseada no género.

Os principais fatores que influenciam a sua vulnerabilidade incluem

- **Isolamento social:** A falta de apoio familiar ou comunitário agrava o risco.
- **Barreiras linguísticas:** O domínio limitado do português dificulta o acesso aos serviços jurídicos e de saúde.
- **Dependência económica:** A dependência do parceiro ou o emprego precário impedem muitas mulheres de sair de situações de abuso.
- **Medo da deportação:** O estatuto de migrante dissuade frequentemente as mulheres de denunciarem a violência.

Os estudos revelam que 78,5% das mulheres migrantes relatam pelo menos um caso de vitimização, sendo que quase metade o sofreu após a migração. Os agressores são frequentemente os parceiros íntimos (43,9%), embora a violência também ocorra nos locais de trabalho e na comunidade.

Estatísticas da violência baseada no género

Prevalência da violência:

- O abuso emocional é a forma mais comum (11,4%), seguido da violência física (7,1%) e sexual (1,6%).
- As mulheres negras de meios socioeconómicos mais baixos e as que já foram vítimas de vitimização são afetadas de forma desproporcionada.

Mutilação genital feminina (MGF):

- A MGF continua a ser um problema crítico, com 1 076 casos registados entre 2014 e 2023.
- A estratégia "Portugal + Igual" de Portugal inclui campanhas específicas de combate à MGF, nomeadamente através da sensibilização nos aeroportos e da formação profissional.

Tráfico e exploração de seres humanos:

- O tráfico afeta de forma desproporcionada as mulheres jovens migrantes, sobretudo da Europa de Leste, da América Latina e de África.
- O artigo 160º do Código Penal criminaliza o tráfico de seres humanos e iniciativas como "Entre Ruas" prestam apoio a este tipo de vítimas.

Resposta legislativa e institucional portuguesa

Portugal estabeleceu um quadro jurídico sólido para combater a violência contra as mulheres migrantes e promover a sua integração:

1. Principais leis e políticas:

- **Convenção de Istambul:** Ratificada para prevenir e combater a violência contra as mulheres.
- **Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não-Discriminação (ENIND):** Um quadro abrangente para a igualdade de género e a prevenção da violência.
- **Leis antidiscriminação:** Legislação que visa o racismo, a etnia e a discriminação com base na nacionalidade.

2. Acesso aos cuidados de saúde:

- Acesso universal ao Serviço Nacional de Saúde (SNS), incluindo para migrantes em situação irregular.

- Disposições especiais para grupos vulneráveis, como as mulheres grávidas e os menores.

3. Políticas de integração:

- **Programas linguísticos e culturais:** Iniciativas como "Português para Todos" melhoram a proficiência linguística e a compreensão cívica.
- **Apoio às vítimas:** Os abrigos, o aconselhamento e a assistência jurídica estão disponíveis através de redes nacionais.

Organizações que apoiam as mulheres migrantes

Em Portugal, numerosas organizações governamentais e não governamentais dedicam-se ao combate à violência e à promoção da integração das mulheres migrantes.

1. Instituições-chave:

- **Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG):** Organismo governamental que lidera as estratégias nacionais de promoção da igualdade de género e de apoio às vítimas de violência de género.
- **Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV):** Presta apoio jurídico, aconselhamento e abrigo às vítimas.
- **UMAR (União de Mulheres Alternativas e Resposta):** Monitoriza o femicídio e defende os direitos das mulheres.

2. Iniciativas e serviços:

- **Estratégia Portugal + Igual:** Centra-se na prevenção da violência e em campanhas de sensibilização.
- **Projeto Entre Ruas:** Tem como objetivo a prevenção do tráfico de seres humanos e o apoio às vítimas.
- **Esforços regionais:** Organizações locais como A Mulher Séc. XXI prestam assistência multidisciplinar em todo o país.

As mulheres migrantes em Espanha, Itália e Portugal e os desafios da luta contra a violência

As mulheres migrantes em Itália, Espanha e Portugal são vitais para as suas economias, mas enfrentam desafios significativos, especialmente a violência baseada no género (VBG). São frequentemente oriundas de regiões com grande desigualdade de género e trabalham em sectores como o trabalho doméstico e a agricultura, o que as torna vulneráveis à exploração e à violência.

Os principais desafios incluem:

- Dependência económica, estatuto jurídico irregular e barreiras linguísticas.
- A violência institucional e o medo da deportação dificultam o acesso ao apoio.

A Espanha é líder na abordagem da VBG, com proteções legais sólidas e serviços de apoio multilingues, mas a discriminação persiste. **Itália** enfrenta desafios devido ao estatuto irregular das mulheres migrantes e aos obstáculos burocráticos, com as organizações da sociedade civil a desempenharem um papel fundamental. **Portugal** concentra-se na integração das mulheres migrantes através de cursos de línguas e de formação, mas os recursos são limitados.

Para melhorar a proteção, os países precisam de:

- Políticas transnacionais de normalização dos serviços.
- Mais recursos para abrigos e apoio jurídico.
- Capacitação através da consciencialização dos direitos e da formação profissional.

É essencial uma resposta coordenada entre as instituições e a sociedade civil para proteger as mulheres migrantes e garantir a sua integração na sociedade.

Necessidades gerais das mulheres migrantes nos centros de apoio

As mulheres migrantes enfrentam desafios complexos nos centros de apoio, com impacto na sua integração e bem-estar. As principais questões incluem:

- **Desafios orientados para a sobrevivência:** A falta de informação clara sobre os direitos e os recursos conduz à vulnerabilidade. A invisibilidade social limita a integração e as oportunidades de emprego. A recuperação emocional e psicológica de traumas passados é difícil, e muitos enfrentam empregos instáveis e com baixos salários.

- **Apoio básico e económico:** O acesso limitado aos recursos e às oportunidades de emprego agrava a dependência económica. As mulheres migrantes permanecem frequentemente em empregos precários devido a direitos pouco claros e à falta de reconhecimento.
- **Riscos de revitimização:** Existe o risco de exploração e abuso apesar da procura de ajuda, agravado pelo seu estatuto legal e marginalização social.
- **Dinâmica cultural e identitária:** As mulheres migrantes debatem-se com o equilíbrio entre a identidade cultural e a integração na sociedade de acolhimento. Os programas de apoio devem ser sensíveis às suas necessidades culturais.
- **Emprego, formação e educação:** As barreiras linguísticas, o não reconhecimento de qualificações e a discriminação dificultam o acesso a oportunidades de formação e emprego.
- **Necessidades pós-receção:** Os desafios incluem a garantia de habitação, cuidados de saúde e inclusão social, exigindo um apoio abrangente para reconstruir a sua independência.

Necessidades de saúde

- **Aconselhamento e serviços de emergência:** O apoio à saúde mental é crucial devido a traumas passados, stress migratório e ansiedade. O aconselhamento personalizado é essencial para o seu bem-estar emocional.
- **Reestruturação da saúde mental:** São necessários serviços de saúde mental culturalmente sensíveis para fazer face aos desafios emocionais e psicológicos.
- **Perspetiva de saúde mais ampla:** As necessidades de saúde vão além dos cuidados médicos e incluem habitação, emprego e acesso a cuidados de saúde culturalmente competentes.
- **Educação sexual e saúde reprodutiva:** As mulheres migrantes precisam de ter acesso a informações e serviços exatos relacionados com a saúde reprodutiva, o planeamento familiar e a violência sexual.
- **Sensibilidade linguística e cultural:** Os serviços de saúde devem ser sensíveis do ponto de vista linguístico e cultural, disponibilizando intérpretes e formando o pessoal para promover a confiança e o envolvimento.
- **Prioridade às áreas da saúde:** As necessidades de saúde das mulheres migrantes incluem os cuidados reprodutivos, a saúde mental e o tratamento de doenças crónicas, com destaque para os determinantes sociais da saúde.

Desafios do apoio jurídico

As mulheres migrantes enfrentam desafios jurídicos significativos, nomeadamente:

- **Falta de clareza nos contratos:** Contratos de trabalho inadequados e entraves burocráticos dificultam o acesso à justiça.
- **Desigualdade no emprego:** Muitas mulheres migrantes trabalham em empregos abaixo do seu nível de competências devido ao não reconhecimento das qualificações estrangeiras.
- **Burocracia excessiva:** A complexidade das leis de imigração e dos procedimentos administrativos gera confusão.
- **Fosso digital:** O acesso limitado à tecnologia e às competências digitais complica ainda mais a sua capacidade de navegar pelos serviços e oportunidades.

Soluções propostas:

- **Clareza nos contratos:** Estabelecer contratos claros para proteger os direitos laborais.
- **Apoio na homologação de títulos:** Facilitar o reconhecimento de qualificações estrangeiras.
- **Simplificação administrativa:** Simplificar os processos burocráticos para reduzir os obstáculos.
- **Acesso digital equitativo:** Fornecer formação em competências digitais e garantir a igualdade de acesso aos serviços em linha.

Estas medidas têm por objetivo melhorar a inclusão legal e laboral das mulheres migrantes.

As secções seguintes abordarão as perceções das mulheres migrantes sobre a violência e o seu impacto.

A percepção das mulheres migrantes sobre o fenómeno da violência contra as mulheres migrantes. Um olhar sobre as perspetivas das vítimas

Este estudo tem como objetivo realçar as vozes frequentemente negligenciadas das mulheres migrantes, particularmente no que diz respeito à violência e à discriminação com base no género. Explora as suas experiências vividas em Itália, Espanha e Portugal através de entrevistas qualitativas, dando ênfase às intersecções entre migração, género e violência. A investigação procura desenvolver estratégias para abordar estas questões nas comunidades migrantes e criar um ambiente mais inclusivo.

Método de investigação, conceção e seleção dos participantes

Para obter informações sobre as percepções das mulheres migrantes relativamente à violência de género, foi realizada uma investigação de campo qualitativa. Foram escolhidas entrevistas semiestruturadas para captar diversas perspetivas. As participantes foram selecionadas através de uma amostragem intencional para garantir uma ampla representação das origens e das experiências de violência dos migrantes. Os critérios incluíam mulheres migrantes que estivessem dispostas a discutir a violência baseada no género, que pudessem comunicar na língua da entrevista e que vivessem num dos países de investigação. As entrevistas foram realizadas pessoalmente ou virtualmente para garantir a segurança e o conforto das participantes.

Considerações éticas

O estudo seguiu diretrizes éticas rigorosas para proteger a confidencialidade dos participantes. Foi obtido o consentimento informado de todos os participantes, garantindo que compreendiam o objetivo do estudo, o seu carácter voluntário e as medidas de privacidade.

Objetivos

O principal objetivo desta investigação foi proporcionar às mulheres migrantes uma plataforma para partilharem as suas experiências e relatarem as suas perspetivas sobre os desafios da violência baseada no género. Ao incluir diversas vozes, o estudo espera definir estratégias para reduzir a violência e a discriminação nas comunidades migrantes.

Resultados e contributos da investigação

Para além das perspetivas das mulheres migrantes, as entrevistas com profissionais que prestam assistência às comunidades migrantes enriqueceram os resultados. Esta dupla abordagem permitiu uma compreensão mais profunda das complexidades da violência baseada no género e do seu impacto em diferentes contextos culturais e sócio legais.

Resultados: Violência contra as mulheres migrantes

As perceções das mulheres migrantes sobre a violência diferem em função das suas experiências pessoais, da existência de leis e de organizações de apoio nos respetivos países. É apresentado um resumo pormenorizado destas conclusões, que capta uma série de perceções sobre a violência que as mulheres migrantes enfrentam.

Perceção do fenómeno e da violência

As experiências de migração das mulheres migrantes e a violência que enfrentam são moldadas por fatores pessoais, culturais e sociais. Estas experiências envolvem frequentemente uma discriminação sistémica baseada no género, constrangimentos culturais e limitações à autonomia, o que leva a sentimentos de marginalização e de incapacidade.

Principais desafios:

1. **Discriminação com base no género:** As mulheres migrantes enfrentam preconceitos no emprego, na educação e na participação cívica, sendo muitas vezes relegadas para empregos mal remunerados com oportunidades limitadas de progressão.
2. **Restrições culturais e sociais:** As normas dos países de acolhimento podem restringir a sua autonomia, causando conflitos com as normas culturais dos seus países de origem.
3. **Violência baseada no género:** As mulheres migrantes são vítimas de várias formas de violência:
 - o **Cuidados de saúde:** A discriminação e as barreiras linguísticas conduzem à negligência ou aos maus-tratos.
 - o **Local de trabalho:** A exploração, o assédio e as condições de insegurança contribuem para a vulnerabilidade.

- **Esfemas pública e privada:** A violência ocorre tanto nos espaços pessoais como nos espaços públicos, o que realça a necessidade de melhores medidas de proteção.

Estratégias para enfrentar os desafios:

- **Intervenções políticas:** Abordar as desigualdades sistémicas com proteções laborais, acesso equitativo à educação e cuidados de saúde culturalmente competentes.
- **Promover a igualdade de género:** As campanhas públicas e as iniciativas educativas podem desafiar os estereótipos e incentivar a inclusão.
- **Sistemas de apoio:** Reforçar os quadros jurídicos, os serviços de apoio e as abordagens culturalmente sensíveis para ajudar as vítimas de violência.
- **Capacitação:** Envolver as mulheres migrantes na conceção das políticas para garantir que as iniciativas respondem às suas necessidades.

Conclusões das entrevistas: As mulheres migrantes sublinham a importância de reconhecer todas as formas de violência que enfrentam, de promover o respeito e a equidade de género e de reforçar as medidas de proteção.

Melhores práticas e recomendações:

- **Políticas abrangentes:** Abordar as causas profundas da violência através de políticas inclusivas.
- **Sensibilidade cultural e de género:** Formar profissionais para melhorar a sua empatia e eficácia.
- **Apoio especializado:** Expandir o acesso a recursos como abrigos, aconselhamento e assistência jurídica.
- **Envolvimento e sensibilização:** Assegurar que as vozes das mulheres migrantes fazem parte da elaboração de políticas.

Desafios no local de trabalho: As mulheres migrantes enfrentam frequentemente discriminação no local de trabalho devido aos estereótipos de género, às responsabilidades familiares e às barreiras à progressão.

- **Programas de apoio:** Oferecer orientação profissional, formação profissional e ensino de línguas para melhorar as oportunidades de emprego.
- **Advocacia:** Promover políticas de igualdade no local de trabalho e eliminar práticas discriminatórias.

Sensibilização e factores culturais:

- **Sensibilidade cultural:** Programas de apoio adaptados e educação cultural ajudam a aumentar a consciencialização e a prestar serviços eficazes.
- **Combater os estereótipos:** Iniciativas como campanhas mediáticas ajudam a combater os estereótipos nocivos.

Redes de apoio: As mulheres migrantes necessitam de serviços culturalmente competentes que respeitem os seus antecedentes. Para melhorar o apoio:

- **Educação e sensibilização:** Sensibilizar para a violência baseada no género e disponibilizar recursos acessíveis.
- **Serviços culturalmente competentes:** Formar profissionais para prestar cuidados sensíveis e adaptados.

Apoio jurídico às mulheres migrantes: A assistência jurídica é fundamental para que as mulheres migrantes possam navegar em sistemas jurídicos complexos e garantir os seus direitos, nomeadamente nos processos de asilo.

- **Obstáculos à assistência jurídica:** Os atrasos, as disparidades regionais e as lacunas de informação dificultam o acesso à justiça.
- **Estratégias de melhoria:** Simplificar os processos jurídicos, aumentar a acessibilidade e melhorar a divulgação da informação.

Centros de apoio a mulheres migrantes: Os centros de apoio oferecem serviços essenciais, tais como alojamento, assistência jurídica e programas de integração, mas enfrentam desafios como a sobrelotação e recursos limitados.

- **Melhorar o apoio:** Os esforços de colaboração, a expansão de recursos e a formação em competências culturais podem melhorar a prestação de serviços.

Seguir em frente: Reforçando os sistemas de apoio, melhorando a colaboração e abordando as barreiras sistémicas, a sociedade pode criar um ambiente inclusivo para as mulheres migrantes, permitindo-lhes prosperar nas suas novas comunidades.

Perspetivas das mulheres migrantes sobre o combate à violência

As mulheres migrantes enfrentam desafios complexos relacionados com a violência baseada no género, influenciados por fatores como o contexto cultural, a dinâmica do local de trabalho e os níveis de sensibilização.

Discriminação no local de trabalho: As mulheres migrantes, especialmente as de ascendência nigeriana, são frequentemente estereotipadas e discriminadas, o que leva a salários mais baixos, contratos temporários e oportunidades de emprego limitados. Os preconceitos raciais e de género cruzam-se, agravando estas questões.

Barreiras ao emprego: Muitos são empurrados para empregos subvalorizados e precários, como o de prestador de cuidados. A educação limitada e a documentação irregular agravam a sua vulnerabilidade.

Influências culturais: As normas culturais dos seus países de origem podem normalizar a violência de género. É frequente as mulheres mudarem a sua consciência dos abusos quando expostas a normas sociais diferentes na Europa, mas isso varia consoante a sua origem individual.

Abordar a violência: São necessárias abordagens de colaboração culturalmente sensíveis para desafiar os estereótipos, aumentar a sensibilização e prestar serviços de apoio, capacitando as mulheres migrantes e protegendo-as da violência baseada no género.

Desafios enfrentados pelas mulheres migrantes: Percepções a partir de entrevistas

Esta secção examina as diversas necessidades das mulheres migrantes, com base em entrevistas com profissionais que trabalham com estas mulheres e as próprias mulheres. A análise revela uma série de desafios em domínios práticos, económicos, culturais, de saúde, jurídicos e psicológicos, realçando a complexidade das experiências das mulheres migrantes. Embora sejam identificadas necessidades específicas, a persistência de desafios significativos sublinha a diversidade de respostas, mesmo em contextos de apoio oficial.

Necessidades gerais

As mulheres migrantes enfrentam desafios significativos, equilibrando as necessidades de sobrevivência com o sofrimento psicológico. Os processos burocráticos, como os pedidos de asilo e os atrasos judiciais, criam incerteza e frustração. Muitas mulheres sentem-se controladas e isoladas, debatendo-se com barreiras linguísticas, falta de reconhecimento de direitos e oportunidades de emprego limitadas. As suas aspirações são frequentemente moldadas pelos papéis de cuidadoras, sendo necessária uma comunicação mais clara nos centros de apoio. O apoio emocional, a autonomia e os cuidados empáticos são essenciais, mas as ineficiências institucionais e a falta de privacidade prejudicam o seu bem-estar. Para capacitar as mulheres migrantes, são necessários sistemas de apoio coordenados, flexíveis e sensíveis que respondam tanto às necessidades práticas como às emocionais.

Apoio básico e económico

As mulheres migrantes enfrentam necessidades cruciais como a alimentação, o vestuário e a estabilidade financeira. Os obstáculos burocráticos têm frequentemente precedência sobre a resolução de traumas psicológicos. A independência económica, o emprego estável e o alojamento seguro são fundamentais para a sua autossuficiência. Muitas mulheres procuram autonomia social e económica, sendo o emprego fundamental para o conseguir. O apoio emocional, a documentação legal e a saúde são também vitais para o bem-estar geral. Apesar de receberem algum apoio básico, muitas lutam com recursos económicos limitados, oportunidades de emprego e falta de reconhecimento de

direitos, o que leva a uma vulnerabilidade contínua e à dependência de empregos com baixos salários.

Dinâmica cultural e identitária

As mulheres migrantes enfrentam desafios para equilibrar a sua identidade cultural com a adaptação às normas sociais do país de acolhimento. Procuram preservar o seu património cultural e, ao mesmo tempo, navegar na integração. A mediação cultural e linguística é crucial, especialmente no sector dos cuidados de saúde, para colmatar as diferenças e garantir uma comunicação eficaz. As instituições devem criar espaços seguros para que as mulheres migrantes possam explorar a sua identidade sem serem pressionadas a assimilarem-se totalmente.

Emprego, formação e educação

As mulheres migrantes consideram que o emprego e a educação são fundamentais para alcançar a independência financeira e a autonomia. Desejam educação e formação para melhorar as perspetivas de emprego e a autorrealização. No entanto, desafios como a falta de informação, a discriminação e o acesso limitado à educação e à formação impedem o seu progresso. As barreiras linguísticas e os problemas de reconhecimento de credenciais também constituem obstáculos significativos. Apesar disso, as mulheres migrantes permanecem resistentes, procurando emprego em sectores como a limpeza, a hotelaria e a segurança, embora se deparem frequentemente com a insegurança no emprego, a discriminação no local de trabalho e a exploração.

Necessidades do período pós-receção

A fase pós-receção é crucial, uma vez que as mulheres migrantes trabalham para se adaptarem ao seu novo ambiente, assegurando simultaneamente alojamento, emprego estável e cuidados de saúde. Desafios como apoio insuficiente, cuidados de saúde insensíveis e falta de mediação aumentam a vulnerabilidade. Os programas de apoio devem promover a autonomia, a inclusão social e a capacitação.

Recomendações:

- Melhorar a orientação profissional e o reconhecimento das qualificações estrangeiras.
- Fornecer formação em literacia digital.
- Reforçar o apoio à educação e ao emprego.
- Promover a inclusão e combater a discriminação.

- Integrar mediadores culturais nos cuidados de saúde e na educação.
- Oferecer programas de apoio holístico para habitação, trabalho e saúde.
- Formar os prestadores de serviços em matéria de sensibilidade cultural.
- Incentivar o envolvimento e a capacitação da comunidade através do desenvolvimento de competências.
- Assegurar serviços de mediação de queixas acessíveis.

Necessidades de saúde

As mulheres migrantes enfrentam necessidades de saúde complexas, incluindo o bem-estar físico, mental e nutricional, bem como a saúde dos seus filhos. Para responder a estas necessidades, é necessário um sistema de saúde culturalmente sensível e acessível que facilite a integração e melhore a qualidade de vida. A resolução das lacunas no acesso aos cuidados de saúde é crucial para apoiar a sua transição para novos ambientes.

Recomendações:

- Formar os prestadores de cuidados de saúde em matéria de competência cultural.
- Garantir cuidados atempados e equitativos, especialmente em situações de emergência.
- Fornecer medicamentos subsidiados.
- Oferecer apoio nutricional e acesso a alimentos culturalmente adequados.
- Criar recursos de saúde mental e serviços de saúde infantil.

Reestruturação da saúde mental

Reestruturação do apoio à saúde mental das mulheres migrantes

Há uma necessidade urgente de reformar os serviços de saúde mental para as mulheres migrantes, abordando os seus desafios únicos. As mulheres migrantes enfrentam frequentemente dificuldades acrescidas, incluindo traumas, diferenças culturais e elevadas taxas de somatização. Os serviços de saúde mental devem ser informados sobre os traumas, sensíveis às culturas e concebidos para apoiar a resiliência emocional a longo prazo.

Alargamento das perspetivas de saúde das mulheres migrantes

As intervenções sanitárias devem ir além dos cuidados médicos tradicionais, abordando fatores como a habitação, o emprego e a educação, que têm impacto no bem-estar. Esta abordagem garante que a saúde física, mental e social estão interligadas, melhorando a qualidade de vida global das mulheres migrantes.

Educação sexual e saúde reprodutiva

Uma educação sexual abrangente e serviços de saúde reprodutiva são cruciais para as mulheres migrantes. Estes serviços incluem o planeamento familiar, os cuidados durante a gravidez e a abordagem de fatores sociais como a violência baseada no género. Uma abordagem culturalmente sensível confere poder às mulheres e promove estilos de vida mais saudáveis.

Sensibilidade linguística e cultural

Os serviços de saúde devem ser culturalmente competentes, oferecendo intérpretes e criando ambientes que respeitem as crenças das mulheres migrantes. Isto é particularmente importante em ginecologia, nutrição e cuidados preventivos.

Apoio à mediação nos cuidados de saúde

Os mediadores culturais e linguísticos são vitais para colmatar as lacunas de comunicação, melhorar a literacia em matéria de saúde e garantir que as mulheres migrantes compreendem os serviços de saúde.

Prioridade às áreas da saúde para as mulheres migrantes

As mulheres migrantes enfrentam desafios de saúde específicos que exigem programas de saúde direcionados. Exemplos como a *Prevenzione Serena* demonstram a importância de cuidados personalizados, como rastreios à anemia mediterrânica, ao favismo e à parasitose.

Quadros jurídicos: Apoio às mulheres migrantes

As mulheres migrantes enfrentam inúmeros desafios legais, incluindo questões relacionadas com os direitos laborais, acesso a aconselhamento jurídico e barreiras burocráticas. Há necessidade de contratos mais claros, melhor apoio na homologação de títulos/graus académicos e ou profissionais e processos administrativos simplificados.

Recomendações:

- Melhorar a formação dos profissionais de saúde mental.
- Desenvolver vias de cuidados abrangentes para encaminhamento e acompanhamento.
- Integrar os serviços de saúde mental nos cuidados primários.
- Promover a sensibilização através de campanhas multilingues.
- Garantir mais financiamento para iniciativas no domínio da saúde mental.
- Acompanhar e avaliar os serviços.
- Proporcionar programas específicos de saúde mental e redes de apoio entre pares.
- Integrar os determinantes sociais (habitação, emprego, educação) nas políticas de saúde.
- Promover uma educação em matéria de saúde reprodutiva que seja culturalmente sensível, incluindo o planeamento familiar e a prevenção da violência baseada no género.
- Formar os prestadores de cuidados de saúde em matéria de competência cultural e de necessidades de saúde relacionadas com a migração.
- Reforçar as funções de mediador nos sistemas de saúde para colmatar as lacunas culturais e linguísticas.
- Promover campanhas de saúde culturalmente sensíveis.
- Melhorar os serviços de saúde reprodutiva e materna.
- Alargar a cobertura dos seguros de saúde às mulheres migrantes.
- Melhorar as infraestruturas de cuidados de saúde para que sejam mais inclusivas.
- Criar contratos transparentes e simplificar os processos administrativos.
- Facilitar a homologação de títulos para ajudar os migrantes a aceder a um emprego adequado.
- Apoiar os migrantes na superação das barreiras burocráticas.

Apoio jurídico às mulheres migrantes

A assistência jurídica às mulheres migrantes é crucial, nomeadamente para as informar sobre os seus direitos e o processo de asilo. Muitas enfrentam desafios devido à complexidade burocrática, às disparidades regionais e aos atrasos na obtenção de autorizações, especialmente depois de deixarem os centros de acolhimento. O apoio familiar é muitas vezes essencial, uma vez que muitas dependem de familiares, em especial dos maridos com cidadania, para obterem ajuda jurídica.

As mulheres migrantes também se deparam com desigualdades no local de trabalho, sendo muitas delas incapazes de utilizar as suas qualificações, e enfrentam uma fratura digital que limita o acesso aos serviços. Para melhorar a sua situação, as políticas devem simplificar os processos burocráticos, reconhecer as qualificações estrangeiras e fornecer aconselhamento jurídico e formação em competências digitais. Isto ajudaria a integrar as mulheres migrantes de forma mais eficaz na sociedade e a melhorar o seu bem-estar.

Apoio organizacional às mulheres migrantes

As entrevistas sublinham a importância de promover a independência e o envolvimento proactivo nas comunidades migrantes. Iniciativas comunitárias, como bailes e reuniões informais, são eficazes na abordagem de questões críticas e na capacitação das mulheres migrantes, proporcionando espaços de diálogo aberto e abordando a violência baseada no género.

As principais estratégias de apoio incluem a criação de espaços seguros, a oferta de apoio psicológico e emocional e o fornecimento de formação prática e orientação profissional para ajudar as mulheres migrantes a integrarem-se e a ganharem independência. Os programas também devem atender a necessidades específicas, como saúde, habitação e apoio jurídico.

As melhores práticas dos centros de apoio incluem uma comunicação clara, segurança, apoio emocional, assistência profissional e promoção da confiança. Estas práticas permitem que as mulheres migrantes naveguem nas suas novas vidas com confiança e promovem a sua integração na sociedade.

A percepção do fenómeno da violência contra as mulheres migrantes pelos Profissionais de Apoio aos Migrantes. Necessidades, problemas e desafios para o futuro

Nos debates sobre o apoio aos migrantes, as vozes e as experiências dos profissionais que trabalham diretamente com as comunidades migrantes são frequentemente ignoradas. Esta secção pretende destacar estas perspectivas cruciais através de entrevistas qualitativas realizadas com dez profissionais ativamente envolvidos no apoio aos migrantes.

O objetivo deste estudo é fornecer uma visão das realidades complexas enfrentadas por estes profissionais, explorando as intersecções matizadas da migração, do género e dos desafios que encontram no seu trabalho. Ao interagir diretamente com as suas perceções, procuramos descobrir estratégias acionáveis para abordar questões como a violência baseada no género e a discriminação nas comunidades migrantes, melhorando, em última análise, a eficácia das iniciativas de apoio.

Método de investigação

Este estudo recorreu a entrevistas semiestruturadas com profissionais que trabalham diretamente com mulheres migrantes, incluindo assistentes sociais, antropólogos e psicólogos. O objetivo era recolher informações sobre a discriminação de género e a violência contra as mulheres migrantes. Os dados, analisados qualitativamente, identificaram práticas e estratégias eficazes utilizadas para capacitar as mulheres migrantes e abordar estas questões. O estudo também apresentou recomendações para melhorar os serviços de apoio, as políticas e as intervenções, a fim de responder melhor às necessidades das mulheres migrantes e combater a discriminação e a violência com base no género.

Necessidades sentidas pelas mulheres migrantes

As entrevistas destacaram as principais necessidades das mulheres migrantes, incluindo necessidades básicas como emprego, habitação, cuidados de saúde e documentação, bem como apoio psicológico para lidar com o trauma. As barreiras linguísticas, o acesso à educação dos filhos e a inclusão social também constituíram desafios significativos. Os profissionais sublinharam a importância da autossuficiência e da prestação de apoio abrangente e personalizado para responder a estas necessidades.

Implicações emocionais

As implicações emocionais foram também uma grande preocupação, uma vez que as mulheres migrantes enfrentam frequentemente depressão, PTSD e isolamento devido a traumas e dificuldades de adaptação a um novo país. Apesar destes desafios, muitas demonstram resiliência e força, esforçando-se por reconstruir as suas vidas. O apoio emocional prestado pelos profissionais, incluindo a promoção de pertença e da estabilidade, ajuda-as a ultrapassar o medo, o luto e a frustração, permitindo-lhes, em última análise, recuperar a confiança e a autoestima.

Revitimização

As mulheres migrantes enfrentam desafios complexos de revitimização, incluindo múltiplas camadas de trauma e barreiras culturais. O seu percurso envolve dificuldades significativas, desde a fuga à guerra até à adaptação a um novo país, conduzindo frequentemente à instabilidade habitacional, à discriminação no local de trabalho e à exploração. A revitimização manifesta-se de várias formas, como o racismo, os estereótipos, o discurso de ódio, os obstáculos burocráticos e o impacto negativo do paternalismo nos sistemas de proteção social. Para além disso, muitas mulheres migrantes experimentam o desamparo aprendido, o que agrava ainda mais a sua vulnerabilidade. Os profissionais salientam a necessidade de uma abordagem coordenada para prestar um apoio abrangente e evitar a revitimização.

Saúde

No domínio dos cuidados de saúde, as mulheres migrantes enfrentam barreiras como a língua, as diferenças culturais e os desafios burocráticos, que limitam o seu acesso aos serviços necessários. Embora recebam cuidados médicos e de saúde mental essenciais, persistem lacunas na gestão das doenças crónicas e no apoio à saúde mental, especialmente devido à escassez de profissionais multilingues. A

saúde materno-infantil é outra preocupação crítica, com as mulheres migrantes a darem prioridade às necessidades dos seus filhos em detrimento das suas próprias. Os serviços de saúde mental enfrentam uma elevada procura e longas listas de espera, e a resistência cultural às atividades de lazer e à educação para a saúde complica ainda mais o bem-estar. Para enfrentar estes desafios, é necessária uma melhor coordenação, um melhor acesso aos serviços e uma sensibilidade cultural nos cuidados de saúde.

Desenvolvimento profissional

As mulheres migrantes possuem frequentemente habilitações académicas e profissionais elevadas, mas a barreira linguística e o lento reconhecimento das formações estrangeiras limitam as suas oportunidades de carreira. Os programas de formação com horários flexíveis são benéficos, mas persistem desafios como o equilíbrio entre o trabalho e as obrigações familiares. Muitas mulheres acabam por ter empregos precários e mal pagos devido a estes obstáculos. A abordagem dos estereótipos de género e a oferta de programas de integração laboral adaptados poderiam apoiar melhor a sua progressão na carreira.

Inclusão social

As mulheres migrantes beneficiam de várias iniciativas, como aulas de línguas e eventos culturais, que as ajudam a criar redes sociais e a integrar-se. No entanto, as diferenças linguísticas e culturais podem dificultar a sua plena participação na sociedade, e algumas podem sentir conflitos internos quanto à preservação da sua identidade cultural. A alfabetização, a formação contínua e o apoio da comunidade são fundamentais para o seu desenvolvimento social, mas os papéis de género e as expectativas familiares podem restringir o seu envolvimento nas esferas social e profissional.

Quadro jurídico e de direitos

As mulheres migrantes enfrentam frequentemente dificuldades em compreender os seus direitos e deveres devido às barreiras linguísticas e aos obstáculos burocráticos. Algumas iniciativas visam proteger os seus direitos, como os direitos laborais, o reconhecimento de diplomas e o acesso a serviços básicos. No entanto, são necessárias políticas mais claras e uma melhor coordenação entre as instituições para garantir a plena integração e autonomia destas mulheres.

Diálogo intercultural

Uma integração bem-sucedida implica encontrar um equilíbrio entre a preservação da identidade cultural e a adaptação às normas locais. O diálogo intercultural, apoiado por associações de imigrantes e eventos de intercâmbio cultural, fomenta

o respeito e a compreensão mútuos. A promoção da sensibilização para as questões de género e a resolução de equívocos, nomeadamente em relação à violência baseada no género, são cruciais para a construção de uma sociedade mais inclusiva.

Conclusão da investigação

Os profissionais que apoiam as mulheres migrantes abordam a questão de vários ângulos, reconhecendo os diversos desafios e oportunidades que estas mulheres enfrentam. O seu trabalho centra-se na resolução destas complexidades para promover a inclusão social e o bem-estar. O impacto dos seus esforços é evidente na promoção da integração, mas o reconhecimento do seu trabalho continua a ser variado.

Perceção do fenómeno e projeção social do seu trabalho

Os profissionais que apoiam as mulheres migrantes centram-se na resolução dos seus desafios complexos, como os obstáculos burocráticos, a integração social e o bem-estar emocional. O seu objetivo é promover a inclusão e a capacitação através de uma abordagem holística, abrangendo a saúde, a educação, o emprego e as ligações sociais. Embora o seu trabalho não seja muitas vezes reconhecido, sentem-se realizados por terem um impacto positivo. Os principais esforços incluem a sensibilização para a migração, o desafio aos estereótipos e o realce do valor social do seu trabalho. As recomendações para melhorar o seu impacto incluem campanhas de sensibilização, colaboração intersectorial, envolvimento da comunidade e formação para combater a discriminação e capacitar tanto as mulheres migrantes como o público em geral.

Necessidades percebidas e projeção social

Os profissionais que apoiam as mulheres migrantes respondem às suas diversas necessidades, incluindo apoio prático, económico, social e emocional. Ajudam a enfrentar desafios imediatos, como questões jurídicas e acesso a recursos, ao mesmo tempo que se concentram na capacitação económica através da formação e colocação profissional. A integração social é fundamental, uma vez que promovem um sentimento de pertença e de ligação à comunidade. A sua abordagem é holística, reconhecendo as necessidades únicas de cada indivíduo com base em fatores como a idade e os antecedentes. As principais ações incluem avaliações regulares das necessidades, prestação de serviços abrangentes, promoção da

inclusão social e oferta de cursos de línguas para ajudar as mulheres migrantes a prosperar.

Recomendações:

1. **Avaliação das necessidades:** Avaliar continuamente as necessidades específicas das mulheres migrantes para garantir que os serviços são adaptados à evolução das suas circunstâncias.
2. **Apoio integrado:** Prestar serviços coordenados e multidisciplinares que combinem apoio jurídico, psicológico, profissional e de cuidados de saúde.
3. **Capacitação através do conhecimento:** Promover os direitos das mulheres migrantes, oferecendo sessões informativas regulares sobre os seus direitos e responsabilidades no país de acolhimento.
4. **Formação em sensibilidade cultural:** Assegurar que os profissionais e as comunidades locais recebam formação sobre sensibilidade cultural para melhorar a compreensão e reduzir a discriminação.
5. **Fomentar a independência económica:** Apoiar iniciativas que se centrem no empreendedorismo, na colocação em empregos e na literacia financeira para aumentar a autossuficiência económica.
6. **Envolvimento na comunidade:** Aumentar as oportunidades para as mulheres migrantes participarem em atividades culturais e sociais locais, ajudando-as a criar redes e a fomentar um sentimento de pertença.
7. **Programas de língua e integração:** Oferecer cursos de línguas e programas de integração gratuitos e acessíveis para reduzir as barreiras de comunicação e melhorar a participação na sociedade.

Desafios enfrentados e reconhecimento

Os profissionais que apoiam as mulheres migrantes enfrentam vários desafios, incluindo complexidades burocráticas, barreiras culturais e de comunicação e preconceitos sistémicos nas instituições. Estes obstáculos dificultam a sua capacidade de prestar um apoio atempado e eficaz. Apesar destas dificuldades, continuam empenhados na defesa dos direitos e da inclusão social das mulheres migrantes. No entanto, a falta de reconhecimento do seu trabalho pode minar a moral e a eficácia.

Recomendações:

- Reconhecer publicamente as contribuições destes profissionais.
- Oferecer formação especializada em questões jurídicas, culturais, psicológicas e relacionadas com o género.
- Prestar apoio institucional suficiente, incluindo financiamento e recursos.
- Utilizar uma abordagem intersectorial e sensível às questões de género para responder às diversas necessidades das mulheres migrantes.
- Fomentar a colaboração e a partilha de boas práticas entre várias organizações e instituições.

Estratégias de projeção social

Os profissionais que apoiam as mulheres migrantes sublinham a importância da colaboração, do trabalho em rede e da aprendizagem contínua para aumentar o seu impacto. Ao estabelecerem parcerias com várias organizações e partes interessadas, podem partilhar recursos, defender mudanças nas políticas e ultrapassar barreiras de forma mais eficaz. A criação de ambientes seguros e culturalmente sensíveis é fundamental para a criação de confiança e apoio emocional, ajudando as mulheres migrantes a integrarem-se e a curarem-se.

As principais áreas de incidência incluem:

1. **Sensibilização:** Aumentar a compreensão dos desafios das mulheres migrantes para combater os estereótipos e a discriminação.
2. **Visibilidade:** Destacar os contributos das mulheres migrantes para fomentar a empatia e a solidariedade.
3. **Educação e Comunicação:** Promover a educação intercultural para desafiar os preconceitos e incentivar o respeito.

Recomendações:

- **Campanhas de sensibilização:** Promover a igualdade e os contributos das mulheres migrantes através de campanhas públicas.
- **Integração da perspetiva de género:** Incorporar uma perspetiva de género em todas as comunicações e políticas.
- **Participação da comunidade:** Envolver as mulheres migrantes e as comunidades de acolhimento na conceção e avaliação do programa.

- **Parcerias estratégicas:** Colaborar com vários sectores para apoiar os direitos das mulheres migrantes.
- **Diálogo intercultural:** Facilitar o diálogo para melhorar a compreensão mútua entre as mulheres migrantes e as comunidades de acolhimento.
- **Compreensão cultural:** Assegurar intervenções culturalmente sensíveis que respeitem os valores das mulheres migrantes.

Perceção do reconhecimento

Muitos profissionais que apoiam as mulheres migrantes sentem-se valorizados ou frustrados devido à falta de reconhecimento do seu trabalho. Aqueles que se sentem reconhecidos são motivados por sinais de apreço, como promoções, prémios e feedback positivo, enquanto outros sofrem de esgotamento e frustração quando confrontados com uma remuneração insuficiente, recursos limitados e falta de oportunidades de progressão na carreira.

Para resolver estas questões, as organizações e os decisores políticos devem dar prioridade a uma remuneração justa, a recursos adequados e ao reconhecimento institucional. Isto inclui a oferta de salários competitivos, formação e criação de oportunidades de crescimento na carreira para evitar o esgotamento e garantir uma eficácia contínua.

Recomendações:

- **Iniciativas de sensibilização:** Participar em campanhas de sensibilização e apelar a um maior apoio das instituições e do público.
- **Oportunidades de desenvolvimento profissional:** Proporcionar aprendizagem e formação contínuas para melhorar os conhecimentos especializados.
- **Celebração de sucessos:** Reconhecer as realizações dos profissionais através de prémios ou programas de apreciação.
- **Criar redes de apoio:** Criar ou aderir a redes para reconhecimento e colaboração entre pares.
- **Defender-se a si próprio:** Os profissionais devem destacar ativamente o seu impacto para garantir que o seu trabalho é reconhecido.

Síntese de boas práticas de apoio às mulheres migrantes

1. **Programas de língua e educação:** Oferecer cursos de línguas a vários níveis e incentivar o envolvimento dos pais na educação dos filhos para apoiar a integração.
2. **Formação profissional sobre equilíbrio emocional:** Proporcionar formação contínua para ajudar os profissionais a gerir o seu envolvimento emocional, assegurando simultaneamente o seu próprio bem-estar.
3. **Prestação de serviços integrados:** Desenvolver modelos de serviços holísticos que respondam às necessidades de saúde, jurídicas, educativas e sociais das mulheres migrantes através de um único ponto de contacto.
4. **Intervenções centradas na autonomia:** Conceber programas que capacitem as mulheres migrantes através do desenvolvimento de competências, ajudando-as a tornarem-se autossuficientes.
5. **Acessibilidade da informação:** Fornecer informações claras e acessíveis sobre direitos, serviços e medidas de segurança para ajudar as mulheres migrantes a orientarem-se no seu novo ambiente.
6. **Estratégias de apoio personalizadas:** Criar planos de apoio personalizados que atendam às necessidades específicas de cada mulher migrante.
7. **Ambientes seguros e fiáveis:** Garantir espaços onde as mulheres migrantes se sintam seguras, respeitadas e livres para expressar as suas preocupações sem receio de discriminação.
8. **Colaboração de equipas multidisciplinares:** Promover a colaboração entre profissionais de vários sectores para criar um sistema de apoio coordenado.
9. **Iniciativas de capacitação:** Incentivar as mulheres migrantes a procurar oportunidades de educação, emprego e envolvimento na comunidade.
10. **Cuidados emocionais e psicológicos:** Prestar apoio emocional e psicológico personalizado para ajudar as mulheres a enfrentar os desafios e os traumas.

Acções-chave:

1. **Acolhimento inicial e desenvolvimento do projeto de vida:** Oferecer um processo de acolhimento, incluindo um manual, explicação das regras e desenvolvimento colaborativo de um projeto de vida.
2. **Construção conjunta de projetos de vida:** Realizar reuniões regulares para discutir e ajustar os projetos de vida com base na evolução das necessidades.

3. **Promover a responsabilidade e a autonomia:** Incentivar as mulheres migrantes a assumirem a responsabilidade pelos seus projetos de vida e pelo seu desenvolvimento pessoal.
4. **Adaptação e reformulação de projetos de vida:** Modificar os projetos de vida quando ocorrem mudanças significativas na vida, assegurando um apoio contínuo.
5. **Criar confiança e limites profissionais:** Estabelecer confiança através de um apoio consistente, mantendo os limites profissionais.
6. **Base de dados abrangente de oportunidades:** Colaborar na criação de uma base de dados de recursos pormenorizada, incluindo oportunidades de alojamento e de emprego para mulheres migrantes.
7. **Integração no mercado de trabalho:** Prestar apoio ao reconhecimento e à tradução de diplomas e competências para facilitar a integração profissional.
8. **Colaboração multidisciplinar transparente:** Assegurar uma comunicação aberta entre os profissionais de todas as instituições para responder às necessidades das mulheres de forma abrangente.
9. **Capacitação através da autorreflexão:** Incentivar o pensamento crítico e a participação ativa na tomada de decisões sobre a vida.
10. **Respeito e adaptação cultural:** Respeitar os valores culturais das mulheres migrantes, ajudando-as a adaptarem-se ao seu novo ambiente.
11. **Empatia e ligação pessoal:** Promover ligações mais profundas com as mulheres migrantes através de conversas informais sobre temas sensíveis, criando confiança.

Ao adotarem estas práticas, as organizações podem criar um ambiente de apoio que melhora o bem-estar das mulheres migrantes, promove a integração e melhora a sua qualidade de vida.

Coletânea de boas práticas para combater a violência contra os migrantes

Melhores práticas em Espanha

Boas práticas n.1 : Projeto de colaboração intersectorial para a prevenção e tratamento da violência de género

Em Salamanca, Espanha, foi implementado com êxito um projeto de colaboração intersectorial que aborda a violência de género, tendo recebido o Prémio de Qualidade do Sistema Nacional de Saúde em 2010. A iniciativa visa melhorar a prevenção e os cuidados prestados às vítimas de violência de género, coordenando os esforços dos serviços de saúde, da polícia e das instituições educativas.

Aspectos fundamentais:

- **Grupos-alvo:** Mulheres vítimas de violência de género e seus filhos, profissionais sociais e de saúde dos cuidados primários e adolescentes da zona de Garrido Sur.
- **Metodologia:**
 1. **Colaboração:** Foi formado um grupo de trabalho que incluía a saúde, os serviços sociais, a educação e a polícia para desenvolver uma resposta unificada.
 2. **Análise da situação:** Um estudo de prevalência e um estudo-piloto nas escolas ajudaram a avaliar o âmbito da questão.
 3. **Formação:** 290 profissionais da saúde e da área social receberam formação para melhorar as suas capacidades de resposta à violência de género.
 4. **Coordenação:** Foram estabelecidos protocolos entre os sectores da saúde e da polícia para os cuidados de emergência.

Principais intervenções:

- **Programa de Prevenção Escolar:** Um programa piloto educou os adolescentes sobre a violência de género através de sessões na sala de aula e do envolvimento da polícia.

- **Consulta de adolescentes:** Os centros de saúde oferecem consultas e rastreios a adolescentes para promover a igualdade e a não-violência.

Resultados:

- O projeto melhorou a sensibilização e a formação dos profissionais e reforçou o apoio às vítimas através de uma melhor coordenação.
- O programa de prevenção escolar prossegue e a iniciativa conduziu a avaliações contínuas do seu impacto a longo prazo.

Esta abordagem de colaboração provou ser eficaz na prevenção da violência de género e no apoio às vítimas em Salamanca.

Boas práticas n.2 : Campanha de sensibilização e prevenção contra a violência de género

Em 2023, um projeto foi reconhecido na categoria provincial dos Prémios Meninas Castilla y León pelo seu trabalho significativo na prevenção e intervenção de todos os tipos de violência contra as mulheres, apoiando particularmente as vítimas nas zonas rurais. O prémio reconhece o compromisso de longa data no combate à violência de género, especialmente em comunidades rurais onde as mulheres enfrentam desafios adicionais.

Principais acções e contribuições:

- **Sensibilização e prevenção:** O projeto centrou-se na sensibilização e na formação do público. Isto inclui a criação de um folheto informativo que descreve em pormenor o conceito de violência de género, os seus sinais e as barreiras que as mulheres das zonas rurais enfrentam. Inclui também números de contacto de emergência e uma mensagem que encoraja as vítimas a procurar ajuda, afirmando: "Contar o que lhe está a acontecer é o primeiro passo para a sua recuperação."
- **Campanha Audiovisual:** Foi criado um vídeo de grande impacto com a participação de empresas, associações e instituições públicas locais. O vídeo tinha como objetivo sensibilizar, rejeitar a violência de género e mostrar apoio às vítimas. Os participantes usaram fitas roxas para simbolizar a solidariedade, e o vídeo chegou tanto às vítimas como à população em geral.
- **Apoio às vítimas:** A Câmara Municipal também oferece alojamento de emergência em hotéis ou albergues locais para mulheres e crianças que

fogem da violência de género, com proteção da polícia local, evitando a necessidade de se deslocarem a centros de emergência.

Parceiros envolvidos:

O projeto envolveu uma vasta gama de colaboradores, incluindo funcionários da administração local, serviços sociais, forças policiais, prestadores de cuidados de saúde, instituições educativas, empresas locais e organizações comunitárias.

Esta iniciativa reflete o esforço coletivo da comunidade para combater a violência de género e apoiar as vítimas, garantindo que a ajuda é acessível e amplamente conhecida.

Boas práticas n.3 : CONTRA OS ABUSOS TOLERÂNCIA ZERO

Em outubro de 2024, a Câmara Municipal de Puebla de Sanabria (Zamora) recebeu um prémio da Antena3 news e da Fundação Mútua Madrileña pelo seu empenho na luta contra a violência de género, em particular na sensibilização e prevenção entre os adolescentes. Este prémio insere-se no âmbito da campanha "Tolerância Zero Contra o Abuso", que visa promover a rejeição social do abuso e apoiar as vítimas, com especial incidência na educação dos jovens.

A Câmara Municipal foi selecionada entre 400 municípios pelos seus programas de combate à violência de género, nomeadamente pela iniciativa "Sanabria em Igualdade". Este evento reuniu mais de 60 pessoas de todas as idades numa jornada desportiva que promoveu a igualdade e o respeito entre homens e mulheres. Contou com a presença de figuras do futebol como Kenio Gonzalo, Elena Fernández e Javier Torres, que participaram em debates sobre o papel do desporto na promoção da igualdade. A iniciativa incluiu também uma palestra sobre "Igualdade no Desporto", que abordou os desafios enfrentados pelas raparigas, especialmente nas zonas rurais. Outras atividades incluíram um concurso de desenho para crianças do ensino primário e um concurso de fotografia para alunos do ensino secundário, ambos centrados na igualdade e na violência de género, que culminaram numa exposição.

Boas práticas n.4: PLANO MUNICIPAL ABOLICIONISTA DA PROSTITUIÇÃO

A Câmara Municipal de Riba-Roja de Túria (Valência) ganhou o prémio "Boas Práticas Locais Contra a Violência de Género 2023" pela sua iniciativa centrada na formação de agentes-chave para abordar a prostituição, a exploração sexual e o tráfico. O

objetivo do projeto era dotar os profissionais locais de conhecimentos e ferramentas para intervir junto de mulheres e raparigas em situação de prostituição, com vista a promover os direitos humanos e trabalhar para a abolição da prostituição.

Através de uma avaliação inicial, foram identificadas lacunas na formação e nos recursos, particularmente entre os serviços sociais e a polícia. O projeto destacou barreiras como a língua e as diferenças culturais enfrentadas pelas mulheres prostituídas migrantes. Proporcionou formação especializada sobre estas questões, envolvendo os participantes num diálogo para avaliar a eficácia dos recursos e identificar áreas de melhoria na resposta do município à violência de género.

Melhores práticas italianas

Com o objetivo de abordar as questões prementes da violência baseada no género e da discriminação contra as mulheres migrantes em Itália, foi realizada uma exploração das melhores práticas. Este esforço de investigação envolve uma abordagem multifacetada, incorporando pesquisa documental, análise de entrevistas com mulheres migrantes e perceções dos operadores da linha da frente. Através da análise de diversas fontes de informação, foi possível obter uma compreensão diferenciada das necessidades e dos desafios específicos enfrentados pelas mulheres migrantes no domínio da violência e da discriminação com base no género.

O processo de investigação não só serve para revelar as questões prevaletentes, como também visa iluminar estratégias e intervenções eficazes que se revelaram benéficas no combate à discriminação baseada no género contra as mulheres migrantes. Esta exploração identificou e analisou as melhores práticas que revelam resultados promissores na luta contínua contra a violência e a discriminação com base no género enfrentada pelas mulheres migrantes em Itália.

Melhores práticas n.1 : Turim, a minha cidade

A investigação sobre a violência de género e a discriminação contra as mulheres migrantes em Itália destaca estratégias eficazes e boas práticas, nomeadamente o programa "Turim, a minha cidade". Lançado em 2000, tem como objetivo capacitar as mulheres imigrantes dos países do Magrebe em Turim, oferecendo cursos matinais personalizados de língua italiana, cidadania e competências práticas,

juntamente com serviços de acolhimento de crianças. O programa já ajudou mais de 3.000 mulheres, das quais 1.500 obtiveram diplomas do ensino secundário.

Aborda questões como a violência baseada no género, o isolamento cultural, a desigualdade educativa e a vulnerabilidade económica através de uma abordagem holística que inclui formação profissional, apoio ao emprego e serviços jurídicos e de saúde. Entre os principais fatores de sucesso contam-se a sensibilidade cultural, uma equipa exclusivamente feminina e horários flexíveis que se adaptam às responsabilidades familiares das mulheres.

Apesar de alguns constrangimentos, como potenciais mal-entendidos culturais e recursos limitados, o programa provou ser eficaz e tornou-se um modelo para outras regiões de Itália. O sucesso reside na sua abordagem abrangente e na colaboração comunitária, tornando-o um exemplo valioso de capacitação das mulheres imigrantes e de promoção da integração.

Boas práticas n.2 : Uma viagem pela liberdade

"*Un Viaggio per la Libertà*" é um projeto inovador liderado pela CADMI (Casa delle Donne Maltrattate) que apoia mulheres migrantes e refugiadas que sofreram violência baseada no género. A iniciativa oferece um abrigo dedicado com oito quartos e fornece uma gama de serviços, incluindo apoio psicológico, cursos de línguas, formação profissional, terapia artística e mediação cultural. A abordagem holística do programa centra-se na capacitação das mulheres, ajudando-as a alcançar autonomia emocional, económica e habitacional através de planos personalizados e da participação ativa nas responsabilidades domésticas.

A chave para o seu sucesso é a ênfase na segurança, nos cuidados informados sobre traumas e no desenvolvimento de competências. As mulheres recebem apoio psicológico individualizado, incluindo terapia artística, e recebem formação para gerir as finanças e as tarefas domésticas. O projeto tem um modelo de financiamento sustentável, colabora com várias instituições e baseia-se em princípios feministas que promovem a solidariedade e a agência.

No entanto, subsistem desafios como as preocupações com a segurança, a sensibilidade cultural e as complexidades jurídicas relacionadas com o estatuto de imigrante. Apesar disso, o enfoque da iniciativa na capacitação e nos cuidados holísticos tem-se revelado eficaz para ajudar as mulheres a recuperar o controlo sobre as suas vidas.

Em conclusão, "*Un Viaggio per la Libertà*" serve de modelo para capacitar as mulheres migrantes, oferecendo um quadro abrangente que aborda as necessidades psicológicas, económicas e habitacionais, ao mesmo tempo que defende a justiça social e a igualdade.

Melhores práticas italianas n.3 : WASI

Wasi, uma iniciativa de apoio psicológico às mulheres migrantes em Itália, foi lançada em 2019 e alargada durante a pandemia. Oferece aconselhamento através de psicólogos de língua materna, abordando desafios psicológicos e promovendo a capacitação económica. O programa fornece apoio personalizado, incluindo aconselhamento individual, sessões de grupo, workshops de desenvolvimento de competências e iniciativas de capacitação, centrando-se nas necessidades específicas das mulheres migrantes.

Os principais parceiros incluem organizações como a Caritas Ambrosiana e a Università di Pavia. A iniciativa privilegia uma abordagem holística, ajudando as mulheres em questões como a ansiedade, o trauma e a violência baseada no género. A independência económica é promovida através de cursos de desenvolvimento de competências, como a aprendizagem de línguas e a aquisição de uma carta de condução.

Os fatores de sucesso incluem a competência cultural dos psicólogos de língua materna, aconselhamento personalizado e sessões de grupo que promovem um sentido de comunidade. A adaptabilidade do Wasi, particularmente durante a pandemia, permitiu a continuação do serviço através de plataformas online. Apesar de desafios como o estigma, as preocupações com a segurança e as questões de confidencialidade, a iniciativa tem capacitado mais de 250 mulheres anualmente, com 85% a obterem resultados positivos.

Em conclusão, Wasi é uma iniciativa transformadora que vai para além do apoio psicológico, promovendo a capacitação, a resiliência e a independência das mulheres migrantes em Itália. A sua abordagem culturalmente sensível e holística torna-a um modelo para programas semelhantes em todo o mundo.

Melhores práticas n.4: CRINALI - Clínica transcultural

A clínica transcultural da Cooperativa Crinali em Milão responde às necessidades de cuidados de saúde das mulheres imigrantes através de serviços culturalmente sensíveis. Desde 2003, tem prestado uma série de intervenções, incluindo cuidados de saúde em grupo, mediação cultural, consultas conjuntas e cursos de preparação

para o parto. A iniciativa promove a colaboração entre profissionais de saúde, mediadores culturais e mulheres imigrantes para oferecer cuidados holísticos.

A abordagem da clínica incorpora terapia de grupo, consultas conjuntas e práticas culturalmente adaptadas, particularmente nos cuidados de maternidade. Também promove a integração social, apoiando os esforços de construção da comunidade. Os fatores de sucesso incluem a utilização de mediadores culturais, o enfoque na criação de confiança e a integração do apoio psicológico e social. Os desafios incluem a necessidade de competência cultural contínua e a abordagem de potenciais resistências ou estigmas.

Concluindo, a clínica transcultural representa um modelo de cuidados de saúde inovador e inclusivo que promove a integração, a compreensão cultural e a capacitação das mulheres migrantes, oferecendo ideias valiosas para iniciativas globais semelhantes.

Boas práticas portuguesas

Vários projetos e instituições desempenham um papel ativo na integração das mulheres migrantes e na prevenção da violência. Eis alguns dos projetos enumerados no sítio Web europeu sobre integração (europa.eu)

Boas práticas n.1 : FATIMA: Prevenir a violência relacionada com a honra através da educação e do diálogo

O projeto FATIMA visava combater e prevenir a violência relacionada com a honra (VRH), como a mutilação genital feminina (MGF), os casamentos forçados e os crimes de honra contra mulheres e crianças. Operando na Grécia, em Portugal, na Suécia e no Reino Unido, o projeto promoveu a sensibilização para as convenções sobre direitos humanos e proporcionou formação às ONG que trabalham com comunidades migrantes. Em Portugal, o projeto centrou-se na educação dos migrantes e do pessoal das ONG, abrangendo 175 participantes e oferecendo materiais de formação como um jogo de tabuleiro e um manual de orientação. O projeto também levou à criação de uma nova iniciativa, "Direitos Humanos na Prática", que deu continuidade ao trabalho do FATIMA.

Boas práticas n.2 : ONE-STOP-SHOP / CENTROS NACIONAIS DE APOIO AOS IMIGRANTES (CNAI)

Em Portugal, foram criados One-Stop-Shops (CNAI) para prestar serviços integrados aos imigrantes, incluindo aconselhamento jurídico, apoio ao emprego e assistência ao reagrupamento familiar. Estes serviços, disponíveis em várias línguas, ajudam os imigrantes a ultrapassar os desafios burocráticos e promovem a integração social. De 2004 a 2009, foram tratados mais de 1,97 milhões de casos em Lisboa, Porto e Faro, ajudando significativamente os imigrantes e simplificando os serviços públicos. A abordagem, reconhecida pelo Prémio Europeu do Setor Público, é um modelo para melhorar a integração e a confiança entre os imigrantes e a administração pública.

A ideia subjacente aos One-Stop-Shops é disponibilizar uma vasta gama de serviços governamentais e de apoio aos imigrantes sob o mesmo edifício, independentemente do seu estatuto legal. No mesmo edifício, os imigrantes podem encontrar o Serviço de Controlo de Fronteiras, a Inspeção do Trabalho, a Segurança Social, a Administração Regional de Saúde, a Direção Regional de Educação e a

Conservatória dos Registos Centrais. Além disso, existem outros serviços de apoio inovadores para responder às necessidades concretas dos imigrantes, tais como gabinetes de apoio ao reagrupamento familiar, aconselhamento jurídico e emprego. A participação de mediadores socioculturais que falam várias línguas estabelece uma proximidade cultural e linguística com os imigrantes.

Boas práticas n.3 : PROJECTO CAIM: Cooperação-Ação-Investigação-Visão de Futuro

O **Projeto CAIM** visa combater o tráfico de seres humanos e a exploração sexual em Portugal através da integração de recursos institucionais e de ONG. O seu objetivo é apoiar e capacitar as vítimas através da integração social e do acesso ao mercado de trabalho. O projeto, que envolve a cooperação entre parceiros nacionais e internacionais, trabalha na criação de normas, na melhoria das intervenções sociais e na proposta de nova legislação. Desenvolve também ferramentas como um sistema de monitorização, uma base de dados de instituições de apoio e materiais educativos para agentes de intervenção. Em 2008, foi criado o Observatório do Tráfico de Seres Humanos no âmbito do projeto. Apesar de enfrentar desafios como dificuldades em chegar às vítimas e atrasos burocráticos, o projeto teve um impacto significativo no apoio e sensibilização das vítimas.

Boas práticas n.4 : CALEIDOSCÓPIO

O projeto Caleidoscópio combate diferentes formas de exclusão social e presta serviços comunitários, melhorando assim a integração da população migrante em Portugal através da prevenção de problemas e da sensibilização para questões que a afetam.

Boas práticas n.5: Programa Mentores para Migrantes

A iniciativa visa estabelecer uma rede de empresas voluntárias (mentores) que orientam e apoiam os imigrantes (mentorandos) em áreas como as qualificações, o emprego, o empreendedorismo, a saúde, a parentalidade e a cidadania. A iniciativa estabelece a ligação entre indivíduos que, de outra forma, poderiam não se conhecer, promovendo o apoio mútuo e a compreensão entre cidadãos nacionais e imigrantes. O projeto promove o voluntariado e a responsabilidade social das empresas, com o objetivo principal de integrar os imigrantes na sociedade. É uma colaboração entre o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, IP) e o Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial (GRACE), uma organização que apoia iniciativas de voluntariado empresarial.

Estratégias de combate à violência contra as mulheres migrantes

A luta contra a violência de que são vítimas as mulheres migrantes exige uma abordagem multifacetada, como demonstram as práticas efetivas desta investigação. Os principais fatores que contribuem para combater esta questão incluem a integração, que implica que tanto os migrantes como as comunidades de acolhimento adaptem os seus valores e comportamentos. Os esforços para combater a violência contra as mulheres e as raparigas (VAWG) são cruciais, alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), particularmente o ODS 5 (Igualdade de Género) e o ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Sólidas).

As intervenções para reduzir a violência contra as mulheres podem ser agrupadas em quatro categorias:

1. **Ativismo comunitário:** Mudança de atitudes de género e normas sociais.
2. **Transformação do género e capacitação económica:** Prevenir a violência por parceiro íntimo através da capacitação social e económica das mulheres.
3. **Intervenções especializadas:** Dirigidas a grupos específicos, como casais ou mulheres trabalhadoras do sexo.
4. **Proteção da criança:** Prevenir a violência contra as crianças.

Para prevenir a violência contra as mulheres, especialmente as mulheres migrantes, as intervenções devem ter em conta vários fatores, como a violência masculina, o controlo patriarcal, as tradições nocivas e a falta de apoio social, que contribuem para os impactos psicológicos e na saúde a longo prazo. Os programas devem também centrar-se na psicoeducação e na reestruturação cognitiva, uma vez que estas técnicas promovem o bem-estar psicossocial e a resiliência emocional das mulheres migrantes.

Villardón-Gallego et al. (2023) salientam que as intervenções educativas precoces para prevenir a violência devem incluir

1. Integração nos programas escolares.
2. Participação ativa dos estudantes e das comunidades.
3. Abordagens baseadas em provas.

4. Estratégias adaptadas a grupos específicos.

A participação comunitária desempenha um papel crucial na promoção do bem-estar e da coesão multicultural, ajudando os migrantes a ultrapassar a desigualdade, a marginalização e os desafios interculturais.

Os principais domínios para promover a integração das mulheres migrantes incluem:

- Desenvolver intervenções educativas que abordem a violência baseada no género e a igualdade entre homens e mulheres.
- Alargar a participação da comunidade para reforçar a coesão social e a pertença.
- Prestação de serviços de apoio especializados centrados na saúde mental, na capacitação e na resiliência.
- Criar vias de capacitação económica para reduzir a vulnerabilidade à violência.
- Reforço das parcerias entre profissionais e comunidades locais para intervenções culturalmente sensíveis.

Ao concentrarem-se nestas áreas, as instituições e organizações podem criar um ambiente mais seguro e inclusivo que melhore o bem-estar das mulheres migrantes, combata a violência e promova a coesão social a longo prazo.

O papel do mediador cultural

As entrevistas com os prestadores de serviços sublinham a necessidade de reforçar a colaboração entre os operadores e os mediadores culturais, que desempenham um papel fundamental no apoio à integração, nomeadamente nos sistemas de saúde. Embora se espere que os mediadores culturais também trabalhem com outras instituições públicas, como os tribunais e a polícia, não existe legislação nacional que defina o seu papel e os regulamentos existentes variam consoante a região, o que dá origem a incoerências.

Um apoio eficaz exige que se tenham em conta as necessidades específicas das populações migrantes, muitas das quais têm um domínio limitado da língua italiana. Alguns são recém-chegados e não tiveram tempo para aprender a língua, enquanto outros vivem em Itália há anos, mas continuam a ter dificuldades com as competências linguísticas. É essencial ultrapassar estas barreiras linguísticas. As

melhores práticas incluem a criação de materiais acessíveis que sejam simples, visualmente apelativos e traduzidos em várias línguas, com o apoio de mediadores culturalmente competentes. Estes esforços têm como objetivo garantir que os serviços respondem e funcionam de acordo com as diversas necessidades da comunidade migrante.

A importância da formação dos profissionais de saúde

O Royal College of Obstetricians and Gynecologists (RCOG) salienta a importância da formação obrigatória dos profissionais de saúde, incluindo ginecologistas, obstetras e parteiras, sobre a Mutilação Genital Feminina (MGF). As principais estratégias para melhorar as interações dos cuidados de saúde com as mulheres afetadas pela MGF incluem iniciativas educativas para reduzir a medicalização e melhorar a comunicação, o diagnóstico e o tratamento das complicações relacionadas com a MGF.

Apesar dos recursos disponíveis, os estudos mostram lacunas significativas no conhecimento dos profissionais de saúde sobre a MGF. Muitos não estão conscientes da sua prevalência, classificação e tratamento. A MGF está frequentemente ausente dos currículos médicos, o que leva à perda de oportunidades de prevenção e de envolvimento com as pacientes.

A investigação sobre intervenções para melhorar os cuidados prestados às mulheres afetadas pela MGF e para prevenir esta prática é limitada. Com o aumento da migração, estão a ser encontradas mais mulheres com MGF em países com rendimentos elevados, como a Itália. Para resolver este problema, estão a ser desenvolvidas diretrizes baseadas em provas para melhor apoiar os profissionais de saúde que trabalham com estas mulheres.

Comunicação, barreiras linguísticas e interpretação

As barreiras linguísticas e de comunicação nos cuidados de saúde sexual e reprodutiva criam uma lacuna significativa nos serviços para as mulheres migrantes. Os serviços de interpretação não estão organizados nem legalmente regulamentados, o que faz com que os prestadores de cuidados de saúde e as mulheres migrantes tenham de gerir as dificuldades de comunicação, muitas vezes

de forma insuficiente. Esta situação provoca desconforto, erros no tratamento e compromete a segurança das pacientes. As migrantes com conhecimentos limitados da língua italiana são excluídas de serviços essenciais, como as aulas pré-natais e o apoio ao parto. A introdução de mediadores interculturais é vista como uma solução necessária para colmatar esta lacuna e assegurar uma comunicação eficaz, evitando a exclusão social e reforçando dinâmicas de poder desiguais nos cuidados de saúde.

Diferenças interculturais e competências interculturais

Embora as competências interculturais nos cuidados de saúde tenham ganho atenção, o profissional de saúde ainda não possui conhecimentos suficientes neste domínio. Tanto os migrantes como os prestadores de cuidados de saúde sublinham a necessidade de uma melhor compreensão intercultural, especialmente de empatia intercultural. Os profissionais de saúde devem receber formação básica sobre as culturas, os valores e as práticas dos seus pacientes, nomeadamente no que respeita à saúde sexual e reprodutiva. A sensibilidade em relação às atitudes sobre o corpo, a privacidade e as relações de género é essencial no tratamento das mulheres migrantes. O papel dos mediadores interculturais é crucial para melhorar os cuidados nestes contextos.

Estereótipos étnicos, preconceitos étnicos, nacionalismo, "racismo" e práticas discriminatórias

Existem práticas discriminatórias mesmo entre os prestadores de cuidados de saúde no domínio da saúde sexual e reprodutiva das mulheres. Para resolver este problema, é essencial aumentar a consciencialização e melhorar a sensibilidade intercultural através de formação, workshops e cursos. Os protocolos de tratamento devem ter em conta as necessidades culturais dos migrantes, como, por exemplo, oferecer ginecologistas do sexo feminino, ter uma enfermeira presente durante os exames ginecológicos e respeitar as práticas culturais durante o parto.

Os mediadores interculturais podem desempenhar um papel vital na redução das práticas discriminatórias.

Conhecimento do sistema de saúde, dos direitos e do acesso aos serviços de saúde

As migrantes carecem frequentemente de informação sobre os seus direitos e opções em matéria de cuidados de saúde, o que, associado às barreiras linguísticas, leva à exclusão de serviços essenciais como os cuidados pré-natais e pós-natais. Esta falta de informação dificulta o acesso das mulheres migrantes a serviços de saúde sexual e reprodutiva, como aulas de maternidade ou alívio da dor durante o parto. São necessários materiais escritos nas línguas dos migrantes para melhorar o acesso. Os longos tempos de espera e o estatuto socioeconómico dificultam ainda mais o acesso aos cuidados de saúde, sendo que os migrantes sem seguro evitam os serviços não urgentes.

A importância dos laços sociais para garantir a saúde reprodutiva das mulheres migrantes

As redes sociais entre as mulheres migrantes, as suas famílias e as pessoas do seu país de origem desempenham um papel crucial na prestação de apoio e informação e na ajuda à integração no novo ambiente cultural. Estas redes facilitam o acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva. As migrantes que não têm fortes ligações étnicas em Itália dependem frequentemente dos seus maridos para obter informações e apoio, o que as torna mais vulneráveis, especialmente em termos de saúde reprodutiva e mental.

Soluções sistémicas para questões relacionadas com os migrantes

Para fazer face aos desafios enfrentados pelas mulheres migrantes, são necessárias soluções abrangentes e sistémicas em vários sectores:

1. Barreiras linguísticas e educação:

- Aulas de línguas adaptadas, apoio à guarda de crianças e campanhas de informação multilingues podem melhorar a comunicação e o acesso aos serviços.
- É essencial uma ação de sensibilização orientada para os direitos das mulheres migrantes, os cuidados de saúde e a prevenção da violência.

2. Apoio psicológico e jurídico:

- Os serviços psicológicos multilingues e os mediadores culturais podem assegurar uma comunicação eficaz e uma sensibilidade cultural.
- Criar centros de apoio que ofereçam assistência jurídica e aconselhamento às mulheres migrantes.

3. Competência cultural e abordagem feminista:

- A formação do pessoal dos cuidados de saúde e dos serviços sociais em matéria de competência cultural e de princípios feministas ajudará a reduzir a discriminação e a capacitar as mulheres.
- A formação em reconhecimento da violência assegura respostas adequadas às necessidades das mulheres migrantes.

4. Workshops e actividades interculturais:

- A realização regular de workshops para promover a compreensão entre as mulheres migrantes e as comunidades locais pode fomentar a inclusão.
- Os seminários sobre a violência baseada no género e a luta contra a discriminação darão às mulheres migrantes as ferramentas necessárias para procurar ajuda.

5. Desafiar as barreiras sistémicas e a desigualdade educativa:

- Os programas de capacitação e as iniciativas de educação dos jovens podem reduzir as barreiras sistémicas e promover a igualdade de género.
- As atividades de sensibilização da comunidade podem melhorar a integração social.

6. Apoio social e empenhamento comunitário:

- O combate ao isolamento social através de aconselhamento, atividades culturais e parcerias com organizações comunitárias é crucial para reforçar os laços sociais.

7. Abordagem da violência e empoderamento:

- As iniciativas de aconselhamento e capacitação adaptadas podem abordar todas as formas de violência enfrentadas pelas mulheres migrantes e promover a autonomia.

8. Empoderamento económico:

- O desenvolvimento de competências, a formação profissional e o acesso a programas de microcrédito e de empreendedorismo podem reduzir a dependência económica e a vulnerabilidade.

9. Políticas e legislação:

- É essencial aplicar as leis contra a violência baseada no género e defender políticas que protejam os direitos das mulheres migrantes.

10. Acompanhamento e avaliação:

- A recolha de dados sobre a violência e a avaliação regular dos programas garantirão a sua eficácia na satisfação das necessidades evolutivas das mulheres migrantes.

Estas soluções sistémicas visam apoiar, capacitar e garantir o acesso das mulheres migrantes aos serviços, criando uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

Indicações práticas para os para os profissionais

Eis algumas orientações práticas para os profissionais que trabalham com mulheres migrantes, centradas na competência cultural e no apoio eficaz:

1. Comunicação eficaz:

- Utilizar uma linguagem clara e acessível, evitar o jargão técnico e assegurar que as mulheres migrantes compreendem as suas opções em matéria de cuidados de saúde.
- Envolver os doentes na tomada de decisões e gerir as expectativas de forma realista.
- Proporcionar um ambiente seguro e confidencial para as discussões e reconhecer o trauma.
- Distribuir materiais multilingues para informar as mulheres sobre os seus direitos e o apoio disponível.

2. O papel dos mediadores culturais:

- Os mediadores colmatam as falhas de comunicação, ajudam na tradução e explicam as normas culturais para garantir a compreensão entre os prestadores de cuidados de saúde e as mulheres migrantes.

3. Formação de profissionais de saúde:

- Formar profissionais para reconhecer a violência, prestar cuidados informados sobre o trauma e lidar com as diferenças culturais.
- Assegurar uma educação contínua sobre os direitos das mulheres migrantes e questões específicas como a mutilação genital feminina (MGF) e a violência baseada no género.

4. Lidar com as barreiras linguísticas:

- Utilizar intérpretes profissionais e fornecer materiais multilingues para garantir a acessibilidade.
- Compreender as variações dialectais nas comunidades migrantes.

5. **Sensibilidade cultural:**

- Promover a competência cultural para respeitar as diferenças, especialmente no que diz respeito à perceção do corpo, à privacidade e aos papéis dos géneros.
- Adotar uma abordagem centrada no doente e colaborar com os líderes da comunidade para desafiar normas culturais prejudiciais.

6. **Luta contra a discriminação:**

- Sensibilizar para os preconceitos inconscientes e garantir a diversidade nos cuidados de saúde.
- Introduzir protocolos de tratamento que tenham em conta as necessidades culturais das mulheres migrantes e utilizar mediadores para reduzir a discriminação.

7. **Conhecimento do sistema de saúde:**

- Fornecer às mulheres migrantes informações claras e multilingues sobre os serviços de saúde e os seus direitos.
- Oferecer orientação para navegar no sistema de saúde, tendo em conta as barreiras socioeconómicas.

8. **Apoio social e laços comunitários:**

- Incentivar as redes sociais a apoiar o acesso das mulheres migrantes aos cuidados de saúde e a integrá-las nos sistemas locais.
- Oferecer grupos de apoio e seminários para promover a compreensão e o acesso aos serviços de saúde reprodutiva.

9. **Soluções sistémicas:**

- Implementar soluções holísticas, incluindo cursos de línguas, apoio psicológico, formação em competências culturais e assistência jurídica.
- Defender políticas públicas que protejam os direitos das mulheres migrantes, tais como garantir o acesso aos cuidados de saúde e à educação sem discriminação.

10. **Abordagens práticas para profissionais:**

- Adotar uma abordagem global da integração, incluindo a formação profissional e os serviços sociais.
- Proporcionar espaços seguros para a cura, cuidados informados sobre o trauma e programas de capacitação para ajudar as mulheres migrantes a ganhar autonomia.
- Colaborar com organizações comunitárias e utilizar mediadores culturais para melhorar a eficácia do apoio.

Ao aplicar estas estratégias, os profissionais podem oferecer um apoio culturalmente sensível, capacitante e eficaz às mulheres migrantes, ajudando-as a aceder aos serviços necessários e a enfrentar os desafios no seu novo ambiente.

Os profissionais que trabalham com mulheres migrantes devem concentrar-se na compreensão das suas vulnerabilidades específicas, tais como a dependência económica e as redes de apoio limitadas, e fornecer uma abordagem holística para lidar com a violência baseada no género. As principais estratégias incluem a sensibilidade cultural, a colaboração intersectorial, a proteção jurídica e a capacitação através da educação e do desenvolvimento de competências. É fundamental garantir o acesso a serviços de apoio, orientação jurídica e cuidados informados sobre o trauma, bem como promover a integração na comunidade e a educação preventiva. Os profissionais devem desenvolver competências culturais, oferecer apoio personalizado e trabalhar em colaboração entre sectores para melhorar os resultados das mulheres migrantes.

Conclusões

Em conclusão, as iniciativas destinadas a apoiar as mulheres migrantes devem centrar-se na inclusão, na sensibilidade cultural e na capacitação. Os elementos-chave incluem a acessibilidade linguística, o apoio psicológico e os cuidados informados sobre o trauma. As práticas bem-sucedidas envolvem a colaboração entre sectores e o envolvimento das mulheres migrantes em funções de liderança. Apesar dos progressos, persistem desafios como a discriminação no emprego e na habitação e o acesso limitado aos serviços. Para resolver estas questões, são necessárias políticas específicas, incluindo uma reforma jurídica, programas de integração específicos para cada género e um melhor acesso à informação.

Os serviços de apoio, como a assistência jurídica, a habitação e os cuidados de saúde, são cruciais para o bem-estar e a integração das mulheres migrantes, mas continuam a existir limitações de recursos e barreiras burocráticas. As intervenções devem ser multidimensionais, abordando as desigualdades sistémicas e promovendo simultaneamente a igualdade de género. Uma comunicação eficaz, mediadores culturais e formação para os profissionais são essenciais para ultrapassar as barreiras linguísticas e culturais. O papel das redes sociais é vital, uma vez que melhoram o acesso aos cuidados de saúde e a integração social.

Para criar uma mudança a longo prazo, são necessárias abordagens sistémicas que dêem prioridade à competência cultural, à colaboração e à reforma política. Ao enfrentarmos estes desafios, podemos promover um ambiente em que as mulheres migrantes prosperem e contribuam para a sociedade. Este documento fornece informações para orientar os esforços no sentido de melhorar a vida das mulheres migrantes e promover a igualdade.

Recomendações finais

Para melhorar os esforços de prevenção e o apoio às mulheres migrantes, os resultados permitiram definir várias estratégias fundamentais:

1. **Apoio holístico:** Responder às necessidades económicas, sociais e emocionais das mulheres migrantes para uma integração bem-sucedida.
2. **Colaboração:** Reforçar as parcerias com o governo, as ONG e os grupos comunitários para maximizar os recursos e defender mudanças nas políticas.

3. **Formação contínua:** Manter os profissionais atualizados sobre as necessidades emergentes e as melhores práticas.
4. **Ambientes seguros:** Promover a confiança, a empatia e a sensibilidade cultural para apoiar as mulheres migrantes.
5. **Apoio institucional:** Assegurar uma remuneração justa, o desenvolvimento da carreira e o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal dos profissionais.
6. **Comunicação nos cuidados de saúde:** Estabelecer diretrizes nacionais para a sensibilidade cultural e a acessibilidade linguística nos cuidados de saúde.
7. **Mediadores culturais:** Legislar e formar mediadores culturais para colmatar as lacunas de comunicação.
8. **Formação em cuidados de saúde:** Incluir temas como a mutilação genital feminina (MGF) nos currículos médicos.
9. **Barreiras linguísticas:** Assegurar o acesso a serviços de interpretação e formar os profissionais de saúde para trabalharem com intérpretes.
10. **Competências interculturais:** Formar profissionais para compreenderem as práticas culturais relacionadas com a saúde das mulheres migrantes.
11. **Luta contra a discriminação:** Combater os preconceitos étnicos nos cuidados de saúde através de campanhas de sensibilização.
12. **Conhecimento dos direitos em matéria de cuidados de saúde:** Distribuir informação multilingue sobre os direitos em matéria de cuidados de saúde para capacitar as mulheres migrantes.
13. **Redes sociais:** Reforçar o apoio da comunidade à saúde e ao bem-estar das mulheres migrantes.
14. **Soluções sistémicas:** Implementar políticas inclusivas e proporcionar formação a profissionais e líderes comunitários.

Estas estratégias reforçarão o apoio às mulheres migrantes, promovendo uma sociedade mais inclusiva.

BIBLIOGRAFIA

ACM (sd). Guia de Acolhimento para Migrantes. Retrieved from [\[https://www.acm.gov.pt/documents/10181/0/Guia+de+Acolhimento+para+Migrantes/\]](https://www.acm.gov.pt/documents/10181/0/Guia+de+Acolhimento+para+Migrantes/)

Amaral SCP (2021). Entre Ruas" - Projeto de Intervenção para Mulheres Vítimas de Tráfico para Exploração Sexual, universidade de Coimbra Retrieved from [\[https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/95113\]](https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/95113)

Base de dados de informações sobre o asilo, especificamente a secção sobre as condições de acolhimento em Itália. [Ligação: https://asylumineurope.org/reports/country/italy/reception-conditions/short-overview-italian-reception-system/#_ftn1]

Bernardino, S., Martinho, A. M., Salazar, H., Fernandes, J., Querido, J., Silva, M. M., Fernandes, T. & Carvalho, P. (2023). Práticas de Integração de Mulheres Migrantes. Edições CEOS. Retrieved from [\[https://www.ceos.iscap.ipp.pt/ceoseditions/praticas-de-integracao-de-mulheres-migrantes\]](https://www.ceos.iscap.ipp.pt/ceoseditions/praticas-de-integracao-de-mulheres-migrantes)

Bosch-Fiol, E. & Ferrer Pérez, V. (2000). La violencia de género: de cuestión privada a problema social. *Psychosocial intervention*, 9(1), 7-19. <https://www.redalyc.org/pdf/1798/179818244002.pdf>

Bulman, K. H., & McCourt, C. (2002). "Experiências de maternidade de mulheres refugiadas somalis no oeste de Londres: um estudo de caso". *Critical Public Health*, 12(4), 365-380. Recuperado de [\[https://repository.uwl.ac.uk/id/eprint/128/\]](https://repository.uwl.ac.uk/id/eprint/128/)

Cantwell, R., Clutton-brock, T., Cooper, G., Dawson, A., Drife, J., Garrod, D., ... & Millward-sadler, H. (2011). "Saving Mothers' Lives: Revisão das mortes maternas para tornar a maternidade mais segura: 2006-2008. O Oitavo Relatório dos Inquéritos Confidenciais sobre Mortes Maternas no Reino Unido". Recuperado de [\[https://www.publichealth.hscni.net/sites/default/files/Saving%20Mothers%27%20Lives%202006-2008_0.pdf\]](https://www.publichealth.hscni.net/sites/default/files/Saving%20Mothers%27%20Lives%202006-2008_0.pdf)

Declaração de missão do Centre for Maternal and Child Enquiries. (2011). "Salvar a vida das mães: Revisão das mortes maternas para tornar a maternidade mais segura: 2006-2008. O Oitavo Relatório dos Inquéritos Confidenciais sobre Mortes Maternas no Reino Unido". Recuperado de [\[https://www.publichealth.hscni.net/sites/default/files/Saving%20Mothers%27%20Lives%202006-2008_0.pdf\]](https://www.publichealth.hscni.net/sites/default/files/Saving%20Mothers%27%20Lives%202006-2008_0.pdf)

CIG (2023) boletim informativo - Igualdade de Género em Portugal: Boletim Estatístico 2023 (cig.gov.pt) Retrieved from [<https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2023/11/BE2023pobreza.pdf>]

Constituição da Republica Portuguesa - Diário da República n.º 86/1976, Série I de 1976-04-10 Disponível em Constituição da República Portuguesa - CRP | DR (diariodarepublica.pt)

D'Alconzo G., La Rocca S., & Marioni E. (2002). "Itália: Good practices to prevent women migrant workers from going into exploitative forms of labour (coautor)." In GENPROM Working Paper No. 4, Series on Women and Migration. Genebra: OIT. Obtido em [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@ed_emp/documents/publication/wcms_117932.pdf]

Decreto-Lei n.º 253/2012, de 27 de novembro. Diário da República n.º 229/2012, Série I de 2012-11-27, páginas 6757 - 6767. Disponível em Decreto-Lei n.º 253/2012 | DR (diariodarepublica.pt) Retrieved from []

Decreto-Lei n.º 67/2004, de 25 de março Diário da República n.º 72/2004, Série I-A de 2004-03-25, páginas 1798 - 1798 Disponível em Decreto-Lei n.º 67/2004 | DR (diariodarepublica.pt)

Decreto-Lei n.º 128/2012, de 21 de junho Diário da República n.º 119/2012, Série I de 2012-06-21, páginas 3079 - 3083. Decreto-Lei n.º 128/2012 | DR (diariodarepublica.pt)

Despacho n.º 25.360/2001 . Publicado no DR n.º286, II Série, de 12 de dezembro) mso27F.doc (cpr.pt)

Degni, F., Suominen, S., Essén, B., El Ansari, W., & Vehviläinen-Julkunen, K. (2012). "Comunicação e questões culturais na prestação de cuidados de saúde reprodutiva a mulheres imigrantes: experiências dos prestadores de cuidados de saúde no encontro com mulheres somalis que vivem na Finlândia." *Journal of immigrant and minority health*, 14(2), 330-343. Obtido em [<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/21465142/>]

Diário da República, 1.ª série N.º 158 Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2019 Disponível em 0004500054.pdf (diariodarepublica.pt)

Dias S, Fraga S, Barros H. (2013). Violência interpessoal entre os imigrantes em Portugal. *J Immigr Minor Health*. Feb;15(1):119-24. <https://doi.org/10.1007/s10903-012-9644-0> .

Díaz-Aguado, M. J. (2003). Adolescencia, sexismo y violencia de género. *Papeles del psicólogo*, 84, 35-44. Recuperado de [<https://www.redalyc.org/pdf/778/77808404.pdf>]

Direção Geral da Saúde (2012) Circular normativa 12/2009 - Circular_Normativa_12_2009.pdf (min-saude.pt) Disponível em Circular_Normativa_12_2009.pdf (min-saude.pt)

Direção Geral da Saúde (2023) DIA INTERNACIONAL DA TOLERÂNCIA ZERO À MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA- Atualização dos Registos de Mutilação Genital Feminina Ano de 2023

Duarte, M., & Machado, C. (2015). Violência doméstica contra mulheres imigrantes em Portugal. Lisboa: Alto Comissariado para as Migrações Retrieved from [<https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/1428/1219>]

Rede Europeia das Migrações. (2022). Integração das mulheres migrantes. https://home-affairs.ec.europa.eu/system/files/2022-09/EMN_STUDY_integration_-_migrant-women_23092022.

Rede Europeia das Migrações (2024) Relatório Anual sobre a Migração e o Asilo 2023. disponível em Relatório Anual sobre a Migração e o Asilo 2023 (europa.eu)

Rede Europeia das Migrações (2023) Relatório anual sobre migração e asilo 2022 Anexo estatístico .disponível nos relatórios anuais da REM - Comissão Europeia (europa.eu)

Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (2014). Violência contra as mulheres: Um inquérito à escala da UE. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia. disponível em Violência contra as mulheres: um inquérito à escala da UE. Relatório dos principais resultados | Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (europa.eu)

Flores G. (2004). "The Impact of Medical Interpreter Services on the Quality of Health Care: A Systematic Review". *Medical Care Research and Review*, 62(3), pp. 255-299. Retrieved from [

Gonçalves, M., Matos, M. (2016) Prevalência da Violência contra Mulheres Imigrantes: Uma Revisão Sistemática da Literatura. *J Fam Viol* 31, 697-710. <https://doi>.

Gonçalves, M., & Matos, M. (2020). Saúde mental de mulheres imigrantes múltiplas vitimizadas em Portugal: A resiliência faz a diferença? *Journal of Human Behavior in the Social Environment*, 30(3), 353-368. <https://doi>.

Gonçalves, M., & Matos, M. (2020). Mulheres imigrantes vitimizadas em Portugal: factores associados à procura de ajuda formal e informal. *International Journal of Social Psychology*, 35(2), 370-412. <https://doi.org/10.1080/15562948.2018.1557312>

Gonçalves, M., & Matos, M. (2020). Violência interpessoal em mulheres imigrantes em Portugal: Uma abordagem interseccional. *Journal of Immigrant & Refugee Studies*, 18(1), 22-41. <https://doi.org/10.1080/15562948.2018.1557312>

Gonçalves, M., & Matos, M. (2020). Vitimização ao longo da vida: identificação da frequência e (des) ajustamento emocional entre mulheres portuguesas e imigrantes. *Victims & Offenders*, 15(6), 771-792. <https://doi.org/10.1080/15562948.2018.1557312>

Gottardo, C., & Cymment, P. (2019). O Pacto Global para a Migração: o que pode significar para as mulheres e as relações de género? *Gender & Development*, 27(1), 67-83. <https://doi.org/10.1080/15562948.2018.1557312>

Guruge, S., Roche, B., & Catallo, C. (2012). Violência contra as mulheres: An Exploration of the Physical and Mental Health Trends among Immigrant and Refugee Women in Canada [Uma exploração das tendências de saúde física e mental entre mulheres imigrantes e refugiadas no Canadá]. *Nursing Research & Practice* (edição especial sobre Imigração e Saúde), 434592. <https://doi.org/10.1155/2012/434592>

Hawkey, A. J., Ussher, J. M., Perz, J., & Metusela, C. (2017). "Experiências e construções da menarca e da menstruação entre mulheres migrantes e refugiadas". *Investigação qualitativa em saúde*, 27(10), 1473-1490. Retrieved from [<https://link.springer.com/article/10.1007/s10508-016-0898-9>]

Hennebry, J., Williams, K., & Walton-Roberts, M. (2016). Mulheres que trabalham em todo o mundo: uma análise situacional das mulheres trabalhadoras migrantes. ONU MULHERES. Recuperado de [<https://www.unwomen.org/sites/default/files/Headquarters/Attachments/Sections/Library/Publications/2017/women-working-worldwide.pdf>]

lavazzo C., S. T. (2013). "Mutilação genital feminina e infecções: uma revisão sistemática das evidências clínicas". Recuperado de [<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/23315098/>]

Instituto Nacional de Estatística. (2023). O que nos dizem os Censos sobre a população de nacionalidade estrangeira residente em Portugal. Obtido de [https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=589795973&att_display=n&att_download=y]

ISTAT. (2015). "Violência contra as mulheres dentro e fora da família". Presidenza del consiglio dei ministri, Dipartimento per le pari opportunità. Recuperado de [https://www.istat.it/it/files//2019/11/Violence-against-women-_2014.pdf]

Jewkes, R., Willan, S., Heise, L., Washington, L., Shai, N., Kerr-Wilson, A., & Christofides, N. (2020) Effective design and implementation elements in interventions to prevent violence against women and girls. (prevention-collaborative.org) Retrieved from [<https://www.whatworks.co.za/documents/publications/377-effective-design-and-implementation-briefweb25-02-20/file>]

Khaligh, H., Ahrabare, A., & Zobnina, A. (2022). Mulheres Migrantes Indocumentadas na Europa: Um Capítulo Negligenciado na Proteção dos Direitos Fundamentais. Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres. Retrieved from [https://plataformamulheres.org.pt/site/wp-content/ficheiros/2022/11/Relatorio-ENoMW-PT_compressed.pdf]

Klarenbeek, L. M. (2021). Reconceptualização da "integração como um processo bidirecional". *Migration Studies*, 9(3), 902-921. <https://doi.org/10.1080/17513758.2021.1918888>

Lei n.º 28/2019, de 29 de março .Estabelece uma presunção de entrada legal na concessão de autorização de residência para o exercício de atividade profissional, procedendo à sétima alteração à Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional Disponível em Lei n.º 28/2019 | DR (diariodarepublica.pt)

Lei n.º. 37/81 de 3 de outubro - Disponível em Lei n.º 37/81, de 03 de outubro (pgdlisboa.pt)

Lei n.º 46/2023, de 17 de agosto Disponível em Lei n.º 46/2023, de 17 de agosto (pgdlisboa.pt)

Lei Orgânica n.º 2/2018, de 5 de julho. Diário da República n.º 128/2018, Série I de 2018-07-05, páginas 2895 - 2902 Lei Orgânica n.º 2/2018 | DR (diariodarepublica.pt)

Lei Orgânica n.º 2/2020, de 10 de novembro . Disponível em Lei Orgânica n.º 2/2020, de 10 de novembro (pgdlisboa.pt)

Lei n.º 94/2017, de 23 de agosto Disponível em Lei n.º 94/2017, de 23 de agosto (pgdlisboa.pt)

Lei n.º 102/2017, de 28 de agosto - Procede à quinta alteração à Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional e transpõe as Diretivas 2014/36/UE, de 26 de fevereiro, e 2014/66/UE, de 15 de maio de 2014, e 2016/801,

de 11 de maio de 2016 Disponível em Lei n.º 102/2017, de 28 de agosto (pgdlisboa.pt)

Lei n.º 95/2019, de 04 de setembro. Aprova a Lei de Bases da Saúde e revoga a Lei n.º 48/90, de 24 de agosto, e o Decreto-Lei n.º 185/2002, de 20 de agosto. Disponível em Lei n.º 95/2019, de 04 de setembro (pgdlisboa.pt)

Lei n.º 26/2014, de 05 de maio. Disponível em Lei n.º 26/2014, de 05 de maio (pgdlisboa.pt)

Lombardi, L. (2004). "Donne immigrate e salute riproduttiva tra modelli culturali e condizioni sociali." Working Papers del Dipartimento di Studi Sociali e Politici, Università degli Studi di Milano, Dipartimento di Studi Sociali e Politici. Obtido em [<https://www.yumpu.com/it/document/read/26378776/la-salute-riproduttiva-delle-donne-immigrate-in-italia-corporea-e>]

Maronilli, M. P. (2020). "La salute riproduttiva delle donne immigrate: Possibilità e barriere nel Servizio di Consultorio Familiare di Favaro Veneto." Corso di Laurea Magistrale in "Lavoro, cittadinanza sociale, interculturalità." Teses de Laurea Magistrale. Retrieved from [<http://dspace.unive.it/bitstream/handle/10579/19045/858913-1247529.pdf?sequence=2>]

Martins, E., Rato, M., & Marques, E. (2018). Violência familiar: Conceitos, impacto e intervenção dos profissionais de saúde. Retrieved from [<https://bdigital.ipg.pt/dspace/handle/10314/4195>]

Metusela C., Ussher J., Perz J., Hawkey A., Morrow M., Narchal R., Estoesta J., Monteiro M. (2017). "Na minha cultura, não sabemos nada sobre isso": Saúde Sexual e Reprodutiva das Mulheres Migrantes e Refugiadas. *Revista Internacional de Medicina Comportamental*, 24(6), pp. 836-845. Retrieved from [<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13557858.2021.1980772>]

Miguel, J.M. (2019). Refugiadas e requerentes de asilo em Portugal: direitos humanos e processos de integração. *Revista do Instituto de Direito Brasileiro*, 12, 69-92 Retrieved from [<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/129712>]

Miyares, A., Puleo, A. de Miguel, A., Boix, M. & Aguilar, P. (2007). El papel del movimiento feminista en la consideración social de la violencia contra las mujeres: el caso de España. *Revista Labrys*, 10. Disponível em: <https://www.mujiresenred.net/spip.php?article877>

Neves, S., Nogueira, C, Topa, J. & Silva, E. (2016). Mulheres imigrantes em Portugal: uma análise de género. *Estudos de Psicologia*, 33(4), 723-733 Retrieved from [<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/4Q3Zh8ByLXbthzXHdXqBC6r/>]

Oliveira, C. (2022). Indicadores de integração de imigrantes: relatório estatístico anual 2022. Observatório das Migrações, ACM, IP Retrieved from [<https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10400.5/29193>]

Oliveira, C. R. (coord.) e Gomes, N. (2018), Migrações e Saúde em números: o caso português, Caderno Estatístico Temático #2, Coleção Imigração em Números do Observatório das Migrações, Lisboa:

Lei Orgânica 10/1995, de 23 de novembro, do Código Penal.

Lei Orgânica 8/2015, de 22 de julho, sobre a modificação do sistema de proteção de crianças e adolescentes e Lei 26/2015, de 28 de julho, sobre a modificação do sistema de proteção de crianças e adolescentes.

Lei Orgânica 1/2004, de 28 de dezembro, de Medidas de Proteção Integral contra a Violência de Género.

Lei 4/2015, de 27 de abril, sobre o Estatuto da Vítima de Crime.

Lei Orgânica 11/2003, de 29 de setembro, sobre Medidas Concretas de Segurança Cidadã, Violência Doméstica e Integração Social de Estrangeiros.

Lei Orgânica 15/2003, de 25 de novembro, que altera a L.O 10/1995 de 23 de novembro do Código Penal.

Lei Orgânica 27/2003, de 31 de julho, que regula a Ordem de Proteção das Vítimas de Violência Doméstica.

Pavlish, C. L., Noor, S., & Brandt, J. (2010). "Somali immigrant women and the American health care system: discordant beliefs, divergent expectations, and silent worries" [Mulheres imigrantes somalis e o sistema de saúde americano: crenças discordantes, expectativas divergentes e preocupações silenciosas]. *Social Science & Medicine*, 71(2), 353-361. Retirado de [<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2893335/>]

Pugliese E., (2006). "L'Italia tra migrazioni internazionali e migrazioni interne". Il Mulino, Bolonha

Resolução do Conselho de Ministros 94/2010 de 29 de novembro - Disponível em Resolução do Conselho de Ministros 94/2010 (tretas.org) Retrieved from []

Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2019, de 20 de agosto Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações (PNIPGM) - ArtigoDetalhe - ACM publicado no Diário da República n.º 158/2019, Série I de 2019-08-20, páginas 45 - 54

Resolução do Conselho de Ministros n.º 12-B/2015, de 20 de março Resolução do Conselho de Ministros n.º 12-B/2015 | Disponível em DR (diariodarepublica.pt)

Resolução do Conselho de Ministros 74/2010 de 17 de setembro. Diário da República n.º 182/2010, Série I de 2010-09-17. Disponível em Resolução do Conselho de Ministros 74/2010 (tretas.org)

Resolução do Conselho de Ministros 63-A/2007 de 3 de maio Diário da República n.º 85/2007, 1º Suplemento, Série I de 2007-05-03

Decreto Real de 14 de setembro de 1882 que aprova a Lei de Processo Penal.

Ruiz, J. G. (2021). La lucha contra la violencia de género en España: de la constitución al pacto de estado a la luz del informe grevio. *Derecho global. Estudios sobre derecho y justicia*, 6(18), 17-41. <https://doi.org/10.1016/j.dg.2021.06.001>

Sayad A., (2002). "La doppia assenza. Dalle illusioni dell'emigrato alle sofferenze dell'immigrato." Cortina, Milano. Recuperado de [https://www.academia.edu/35551907/Prefazione_a_La_doppia_assenza]

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2022). Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2021. Oeiras: SEF. Retrieved from [<https://www.sef.pt/pt/Documents/RIFA2022%20vF2a.pdf>]

Shivakoti, R., Henderson, S., & Withers, M. (2021). The migration ban policy cycle: a comparative analysis of restrictions on the emigration of women domestic workers. *Comparative Migration Studies*, 9(1), 36. <https://doi.org/10.1016/j.cms.2021.01.001>

Silva, P. & Pereira, H. (2023) Promoting Psychosocial Well-Being and Empowerment of Immigrant Women: Uma Revisão Sistemática de Intervenções. *Behav. Sci.* 13, 579. <https://doi.org/10.3390/bs13070579>

Taurini, E., Paloma, V., García-Ramírez, M., Marzana, D., & Marta, E. (2017). Efeitos do envolvimento comunitário dos migrantes no seu bem-estar: O caso dos líderes marroquinos no sul de Espanha. *Journal of Prevention & Intervention in the Community*, 45(1), 32-43. <https://doi.org/10.1016/j.jpvc.2017.01.001>

Sítio Web do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (2024). Para mais pormenores, pode consultar a fonte original em: <https://help.unhcr.org/italy/asylum-italy/reception/>

Velasco Riego, L. (2018) Guía práctica para Fuerzas y Cuerpos de Seguridad. Valladolid: Libertas Ediciones.

Velasco Riego, L. (2015). Violencia de Género. Manual Práctico para detectarla y afrontarla (2ªed.). Valladolid: Libertas Ediciones.

Velasco Riego, L. y Benito de los Mozos, A. (2008). Tu seguridad nos importa. Manual de actuación policial en materia de violencia de género (3ª ed.) Consejería de Familia e Igualdad de Oportunidades. Junta de Castilla y León. Salamanca: Amarú.

Villardón-Gallego L, García-Cid A, Estévez A, García-Carrión R. Early Educational Interventions to Prevent Gender-Based Violence: A Systematic Review. *Healthcare*, 3;11(1):142. <https://doi.org/10.3390/healthcare31101142>.

Procura-se em Roma, jornal, 25 de novembro de 2021. [Link: <https://www.wantedinrome.com/news/italy-survey-reveals-shock-attitudes-to-violence-against-women.html>]

Zhang, X., You, C., Pundir, P. & Meijering, L. (2023). Migrants' community participation and social integration in urban areas. *A scoping review*, 141, <https://doi.org/10.1016/j.cities.2023.104447>